

EXTRA: PORTUGAL DEVOLVE
BRASILEIROS INDESEJÁVEIS E O
BRASIL PROMETE RETALIACÃO!

GRANDE! VAMOS DEVOLVER
O JOSÉ LOURENÇO
E O ZÉ PORTUGUÊS!



BRASIL AGORA

ITAMAR É UM
GOVERNO ESTILO
TINTUREIRO: ALISA,
ALISA E PASSA O FERRO!



ANO II Nº 32

8 A 21 DE FEVEREIRO DE 1993

CR\$ 18.000,00



ERUNDINA

*Uma petista no
picadeiro de
Itamar*

PÁGINAS 4 E 5



MADONNA

*Incomodando
muita gente*

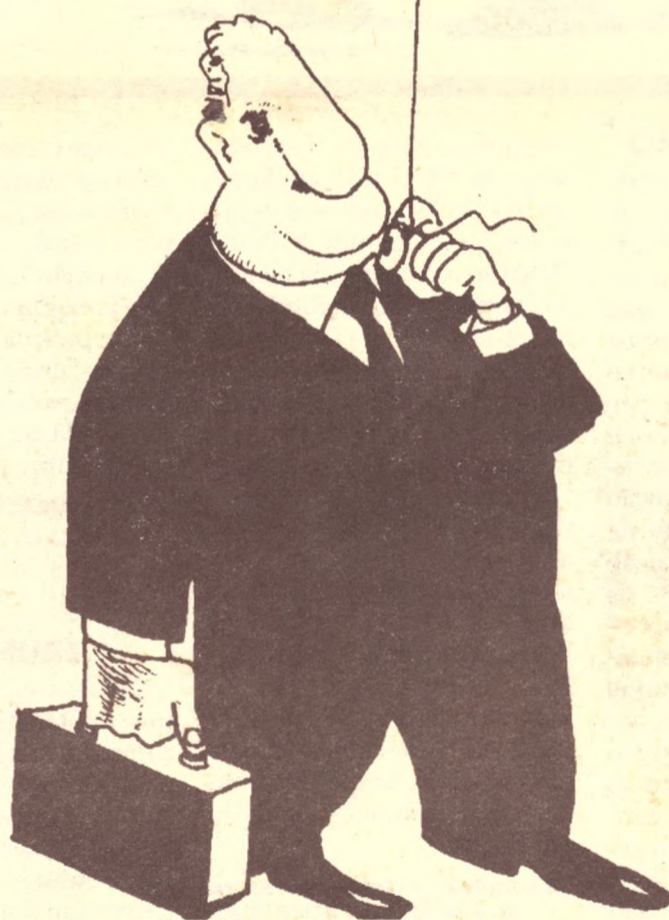
PÁGINA 15



INGLATERRA

*Depois de
Thatcher, o caos*

PÁGINA 14



*Ele é pelego, ele é
amigo de Collor,
Quêrcia e Maluf.
Ele é Luiz Antônio
Medeiros, que
disputa mais uma
eleição no Sindicato
dos Metalúrgicos de
São Paulo, para a
felicidade geral do
empresariado.*

PÁGINAS 7 A 10

O COLLORIDO QUE NÃO CAIU

ALIANÇA CONFIÁVEL

Companheiro Lula: Em relação ao seu discurso e entrevista do **Brasil Agora** nº 30, permita algumas observações.

Em todo o mundo os trabalhadores já pagaram caro demais por fugir à percepção concreta da realidade objetiva e se iludirem com tal "convivência política" e alianças com setores progressistas da burguesia. Recordemos a "Comuna de Paris"; Jango e a fé nos "militares legalistas"; o discurso de que "já temos o poder" em 1964; o cerco constante a Cuba sob a omissão e convivência histórica das elites brasileiras e seus eventuais sociais-democratas; a oposição sistemática a Luíza Erundina em São Paulo, patrocinada inclusive pelos fervorosos "aliados" sociais-democratas de hoje, e a instalação do governo Maluf (a reação nacional repôs São Paulo nas mãos de "homens de bem" e confiáveis).

Só invadimos o mundo político burguês enquanto força representativa por exercermos sempre um papel fundamental no movimento social. Essa tal conquista do poder de Estado burguês e de governabilidade dependem sim de um processo amplo e correto de alianças eleitorais. Mas dependem muito mais de nossa inserção no movimento social, da nossa estreita ligação com o povo trabalhador, da única aliança em que podemos realmente confiar: a aliança estratégica classista.

MARCO ANTÔNIO ZOCRATO
Belo Horizonte, MG

SENIL, NÃO!

Surpreendeu-me o artigo "Sinal de Senilidade", do companheiro César Benjamin, publicado na edição nº 30. Discordo das críticas e suas conclusões. Considero um gesto corajoso a apresentação do Plano de Emergência ao país e ao novo presidente. Não vi onde o documento ficou "na defensiva", ao contrário, as proposições são feitas de maneira bastante enérgica.

Por que, ao apresentarmos proposições de aplicação conjuntural, ou como diz o próprio plano, propostas que "visam criar condições para as reformas de maior fôlego presentes no programa do PT", surge a afirmação de que "esse reducionismo sucessivo mal esconde a aceitação da lógica dos adversários, bem como da agenda de problemas por eles colocada", feita por César?

Se a busca de resolução de problemas que atingem a população é reformismo, paciência! Assumamos nossa faceta "reformista". O que não dá para agüentar é a acusação de que isso seja "sinal de senilidade".

MAURÍCIO FERES PENCAK
Rio de Janeiro, RJ



PAULO CÉSAR ANGELI
Pato Branco, PR

OS STALINISTAS

Infelizmente, o velho estilo de debate "stalinista" ainda não foi superado dentro do PT. Pior: seus mais ferozes críticos são contumazes "usuários" desse estilo. Os argumentos rasteiros - de ridicularização e deslegitimação dos "adversários" - foram resgatados recen-



DIRETOR: JOÃO MACHADO. **EDITOR:** JOSÉ AMÉRICO DIAS. **EDITOR DE ARTE:** CAICO BISOL. **REDAÇÃO:** ANTONIO MARTINS, FLÁVIO AGUIAR, JUAREZ GUIMARÃES, MOUZAR BENEDITO, VALTER POMAR. **SECRETÁRIA:** ADELIA CHAGAS. **SUCURSAL RIO GRANDE DO SUL:** LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCO ANTÔNIO SCHUSTER. **COPISTAS E REVISÃO:** CELSO CRUZ. **DIGITAÇÃO:** ELIZABETE D. DA SILVA. **EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:** SILVANA PANZOLDO E JOTA. **PRODUÇÃO GRÁFICA:** FABIANO CIAMBRRA. **COLABORADORES:** ALAN RODRIGUES, ALIPIO FREIRE, ALCÍDIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEROZ, CÍLVIO CASTRO, BERNARDO KUCIŃSKI, BENO ALTMAN, CARLOS E CARVALHO, CELSO HORTA, CELUS, CINTIA CAMPOS, CLÁUDIO SCHUSTER, DENISE NEUMANN, EDMILSON DE SOUZA, EMIR SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PAVIA, FLAMARIAN MALÉS, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLÁVIO LOUREIRO, DA COSTA, GENARO URSO, HELIO SILVA, HUGO SCOTTE, IVAN SEIXAS, ISAAC ARCELIRO, JOÃO ANTONIO, JOSÉ ROCHA, JUSTINO PEREIRA, JUAN PEZZUTTO, KIPPER, LINETE MARTINS, MANOEL ALVAREZ, MÁRCIA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERRA, MARCO AURELIO GARCIA, MARCOS SOARES, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSON, MARINGONI, MARISA MELIAN, MARIZA DIAS COSTA, MADAIRA, MILTON FOGO, NELSON RIOS, NUNAMIRO MIRANDA, NORMA SUELI O. REIS, NORA NAKOU, OHI, PATO, PATRÍCIA CORNILLIS, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZIEBEMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, RAIMUNDO PEREIRA, ROGERIO SOTTILI, RUI

BRASIL AGORA

FALCÃO, RUTH BUENO DE ARAÚJO, SÉRGIO CANDOVA, SÉRGIO SISTER, WALTER ONO, WILIAMR POMAR. A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.

BRASIL AGORA É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - ALAMEDA GLETE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO (SP). FONES: 222.6318/222.4326/220.7718. FAX: (011)222.2865. **ADMINISTRAÇÃO:** M^{te} AÍCE DE P. SANTOS. **ASSISTENTE:** IVANILDA ALVES. **DEPARTAMENTO DE CIRCULAÇÃO (COORDENAÇÃO GERAL):** MARIA ODETTE G. DE CARVALHO, JOSÉ LUIS NADAI. **GERENTE DE DESENVOLVIMENTO:** PAULO M. SOLDANO. **GERENTE DE MARKETING:** ÉDER DE ARAÚJO SANTOS. **ASSINATURAS:** ANA MARIA ALVES, GUIBA GENEIRA (DIGITAÇÃO), PAULO E. SOLDANO, MÔNICA MENDES MARTINS, ANA CLÁUDIA F. GONCALVES, REINALDO LAFORDYA, ELIZABETE BERNARDO (RIO DE JANEIRO 021-222.4818), JOSÉ VITAL (FORTALEZA 085-252.1992), MOISÉS BALESTRO (PORTO ALEGRE 051-221.7733), JOSÉ MARIA R. DE SOUZA FILHO (BELEM 091-224.8579). **EXPEDIÇÃO:** JOÃO A. GUEVARA. **SERVIÇOS GERAIS:** EUSILVANIA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, LUCILENE B. SILVA, MARCELO L. C. PONTES. **IMPRESSÃO:** DCI. **DISTRIBUIÇÃO:** DINAP S/A.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 1993. **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** JOSÉ AMÉRICO DIAS



MÁRIO BARBOSA VILLAS BOAS
Rio de Janeiro, RJ

A LUTA CONTINUA EM 1993

Ao iniciarmos o ano de 1993, quero saudar os companheiros e amigos que lutaram durante o ano de 1992. Como sabemos, foi um ano difícil para todos nós. Inúmeras medidas provisórias, somadas ao grande desemprego, prejudicaram em muito várias conquistas dos trabalhadores.

Violência e corrupção tiveram um desenvolvimento nunca alcançado em outras épocas. Entretanto, os trabalhadores, junto com todo o povo brasileiro, foram às ruas, exigiram o fim da corrupção, garantindo o impeachment de Collor.

Enfim, tivemos derrotas e vitórias. Uma de nossas vitórias é o fato do jornal **Brasil Agora** completar um ano e quatro meses.

Agora vamos torcer pelo semanário.

CLÓVIS CASTRO
São Paulo, SP

FALTA INVESTIMENTO

Fala-se muito, nos jornais e nas publicações do nosso partido, da atuação dos carapintadas no processo de afastamento do ex-presidente. Porém falta uma avaliação da atuação orgânica do PT em relação aos estudantes. As instâncias do partido tem uma atuação muito pequena para a participação dessa.

É preciso dar um basta nisso! Nosso partido tem um grande índice de aceitação e simpatia entre a juventude, não podemos deixar que as potentes máquinas do PCdo B e do MR-8 tomem conta da situação.

Os congressos da UNE e da UBEs estão próximos. É preciso que o partido invista concretamente neste setor para criar uma juventude do PT.

CARLOS ALBERTO FALEIRO
Porto Alegre, RS

PRESIDENCIALISMO

Quando nós de esquerda temos chances concretas de chegar ao poder e eleger um trabalhador presidente da República por uma coligação que abrange partidos progressistas, surge o tal parlamentarismo, com parlamentaristas pra todo gosto e tipo; desde mocinhos que apelidaram a Constituição de 1988 de "Constituição dos miseráveis", quando na realidade é uma Constituição contra os miseráveis, até os mais conservadores e hipócritas, os mais inocentes e ingênuos. Sabe-se muito bem que nas eleições para o Legislativo o poder econômico é mais centralizador e eficiente para os senhores do dinheiro. Pergunto: quantos deputados elegeremos nas próximas eleições? Não podemos ser ingênuos em achar que com o regime parlamentarista, de maioria conservadora, haveria motivação, iniciativa ou interesse em fazer mudanças no atual sistema capitalista, como distribuição de renda e de poder.

temente na disputa pela liderança do PT na Câmara Federal. As declarações dos deputados José Genoíno e Paulo Delgado a respeito da eleição do companheiro Vladimir Palmeira são um bom retrato disto. Os deputados, descontentes por sua derrota, passaram a classificar a eleição de Palmeira como a "vitória dos xiitas", "com sabor de revolução cultural chinesa" e anti-intelectual. A eleição de Vladimir Palmeira como líder da bancada do PT na Câmara Federal reflete uma posição que é hegemônica dentro do partido. Somos oposição ao governo transitório de Itamar tanto pela sua matriz política originária como pela maioria dos elementos do seu governo.

RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA JR. E JOÃO LUIS RODRIGUES SERTÃO
Brasília, DF

AZAR, SÃO PAULO

Com a eleição do sr. Paulo Salim Maluf, a cidade de São Paulo será diferente, disto ninguém poderá ter dúvidas. A população paulistana ainda não aprendeu a diferenciar um democrata de um autoritário. O sr. Paulo Maluf já teve várias oportunidades para provar que ele não é o que seus adversários dizem, ele foi governador do estado, nomeado pela ditadura militar, prefeito bônico da mesma forma, ganhou apenas uma eleição, antes desta, que foi para deputado fede-

ral, e não correspondeu. Só nos resta agora aguardar os acontecimentos. Caso haja alguma coisa errada, vamos denunciar, mediante provas, é claro. Nós já exigimos o impeachment de um presidente, por que não o impeachment de um prefeito, mesmo que ele seja o sr. Paulo Salim Maluf, pai da maioria dos corruptos deste país?

JURACY MAGALHÃES DE CARVALHO
São Paulo, SP

ERUNDINA

É assunto obrigatório entre a militância a nomeação da companheira Luíza Erundina para o cargo de secretária de Administração do presidente Itamar Franco. Muitos políticos e intelectuais vêm em Itamar um político sem passado. Tratam-no como se antes de 29/12/1992, quando ele se tornou presidente efetivo do Brasil, Itamar jamais tivesse existido. Acontece que Itamar Franco não se tornou presidente do Brasil por acaso. Se ele hoje exerce o cargo mais alto deste país, é porque em 1989 aceitou disputar a vice-presidência na chapa encabeçada por ninguém menos que nosso nada saudoso ex-presidente Fernando Collor de Mello.

Itamar exerceu a vice-presidência do Brasil por dois anos e meio e, interinamente, a presidência por diversos períodos de poucos dias. Tendo exercido esse cargo tanto tempo, ja-

Críticas fora de foco

Em artigo intitulado "Sinal de senilidade" publicado neste jornal (nº 30), Cesar Benjamin faz críticas graves ao Plano Econômico de Emergência aprovado pelo Diretório Nacional e principalmente ao próprio partido, acusando os seus dirigentes nacionais e seus economistas de praticar ecletismo, na melhor das hipóteses, ou de se renderem ao liberalismo, na pior: "...uns e outros precisariam ter mais ousadia". Todo este mau humor se baseia em bem pouca coisa. Frases

quanto os temores de que sua liberdade de reajustar preços seja revogada. Sem enquadrar os oligopólios num sistema de controle social será impossível retirar o país da crise.

A saída deste impasse é o que o programa adotado pelo PT chama de "controle social da inflação", que consiste no alinhamento de preços e salários por setor, mediante negociações e lutas entre trabalhadores, capitalistas e governos em Câmaras Setoriais, visando reduzir a inflação, retomar o crescimento e erradicar a

Cesar Benjamin limita-se a uma apreciação do Plano de Emergência como se quisesse usá-lo para criticar o PT

pinçadas do texto do programa, "que poderiam ser" de Collor. Um diagnóstico da crise, que a atribui a uma "acumulação predatória" que consistiria na "elevação sistemática dos preços, aluguel de papéis do Estado com liquidez e rentabilidade elevadas... sonegação fiscal, formação de um colchão de recursos no exterior". Embora esta descrição do comportamento empresarial possa ser realista, nada indica que seja "o principal componente dinâmico da crise" que teria que ser desmontado, "restaurando-se o elo perdido entre produção e lucro".

É um fraseado bonito, mas Benjamin continua nos devendo a explicação do porquê deste diagnóstico e de como se pode demonstrar a "lógica preponderante no setor privado" e restaurar o dito elo. O Plano de Emergência do PT coloca como causa central da crise o descontrole inflacionário, que resulta de um rosário de conflitos distributivos. Nestes conflitos, qualquer vitória mais ampla dos trabalhadores desemboca em mais inflação e, cada vez que esta aumenta, a política econômica governamental agrava a recessão. Inflação e recessão roubam os ganhos dos trabalhadores, sem vantagem para os capitalistas, pois o valor disputado pelas frações de classe acaba encolhendo. Esta seqüência se deve à capacidade dos oligopólios de repassar prontamente aos preços que cobram tanto os aumentos de seus custos

pobreza, instituindo uma redistribuição sistemática da renda. Esta é a proposta central do Plano de Emergência e não tem a menor semelhança com a "macroeconomia de curto prazo" que Benjamin critica e nós também. É pena que ele não tenha se posicionado face ao que o plano tem de original e inovador, limitando-se a uma apreciação que parece tomar o Programa de Emergência como pretexto para criticar o PT.

Acho que o Plano aprovado pelo Diretório Nacional tem qualidades suficientes para ser discutido em si, com seriedade, visando esclarecer o público petista e não-petista sobre questões realmente vitais para todos. Proponho que nesta discussão se abordem necessariamente os seguintes temas: 1) Qual é a natureza da crise econômica brasileira, com explicitação de suas causas. 2) Qual é o papel da inflação na crise e o que explica a sua persistência apesar de todo "combate" a ela. 3) Por que, apesar de todo avanço democrático havido e apesar do fortalecimento do movimento operário, a concentração da renda e a miséria vêm se agravando no Brasil. 4) Como solucionar a crise para acabar com a miséria.

O único modo de criticar o Plano de Emergência com efetividade é mostrar que ele está errado e, em conseqüência, propor ao PT um programa superior.

PAUL SINGER

EDITORIAL

MEDEIROS, O SUPER-PELEGO

O Brasil Agora dedica quatro páginas desta edição - 7 a 10 - a Luiz Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da Força Sindical, através da qual ele controla boa parte do sindicalismo pelego no Brasil. Apoiador contumaz do ex-presidente Fernando Collor, Medeiros não só não caiu com o seu ex-chefe como continua ativo, gozando de sólido apoio do empresariado e dos meios de comunicação. Agora, tenta reeleger-se presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e continuar controlando o maior orçamento sindical do país.

O Brasil Agora também trata do governo Itamar, tendo como gancho um de seus movimentos mais polêmicos e ousados: a nomeação da ex-prefeita Luiza Erundina para o Ministério (pág. 4 e 5). Além disso, traz um conjunto variado de matérias sobre o debate presidencialismo x parlamentarismo; a nova legislação da reforma agrária e dos portos; o cotidiano da recessão em Londres; o filme de Madona e a nova onda baiana do mercado fonográfico brasileiro. Boa Sorte.

O EDITOR

A ILUSTRAÇÃO DA CAPA É DE MARINGONI



OPINIÃO

Programa muito discutível

Elaborar um programa econômico de emergência é uma iniciativa correta da direção do PT. Um plano de emergência, por definição, deve contemplar questões urgentes e decisivas, com propostas de aplicação imediata. No programa divulgado, as medidas urgentes são vagas e mal fundamentadas. Falta articulação política. Não se indica quem vai pagar a conta, os possíveis aliados, nem os contornos políticos da luta pela sua implementação.

Para os trabalhadores, emergência é o desemprego, a corrosão dos salários, a degradação das condições de vida, o colapso das políticas sociais. Mas, sem estabilizar a economia, não é possível equacionar estes problemas de forma consistente e duradoura, pois eles se imbricam com a inflação, a crise financeira do Estado, a queda do investimento privado.

Por onde começar, então? Só é conveniente implementar programas sociais de emergência e retomar alguns crescimentos econômicos depois de serem equacionados os problemas fiscais do setor público e de controlar a inflação? Ou a estabilização monetária e financeira é que depende da retomada do crescimento e da recuperação da demanda, o que pode ser favorecido pelos gastos sociais? Esta é a pergunta básica que nos cabe responder e que o documento evita.

Defende-se a adoção imediata de políticas sociais e de gastos de infra-estrutura, "uma vez obtido um reforço fiscal de emergência". Se o "reforço fiscal" deve preceder os programas sociais de emergência, é essa a verdadeira questão emergencial. É uma definição muito polêmica, sem dúvida. O Plano Econômico de Lula em 1989, por exemplo, não subordinava as políticas sociais ao quadro fiscal.

As propostas tributárias avançam em relação a outros documentos do partido: ênfase na tributação direta, com elevação das alíquotas sobre os rendimentos mais altos, e combate duro à sonegação, inclusive com o fechamento de brechas de evasão fiscal (remuneração disfarçada a executivos das empresas, montagem de microempresas etc).

Trata-se de penalizar fortemente um determinado grupo social, portanto, cobrando dele o chamado "reforço fiscal".

Como fazê-lo? O documento esquece que fazer os ricos pagar impostos é um problema político muito sério. Vamos confiar apenas na repressão fiscal? Quem estará politicamente disposto e capacita-

cias assemelhadas, coloca as câmaras setoriais como panacéia e lança frases de bom efeito político ("controle social da inflação"). Mas não diz o que defenderemos nas câmaras nem explica como se pode "manejar os preços-chaves da economia" para reduzir a inflação sem criar novas tensões.

Não somos donos da verdade.

O Plano de Emergência faz concessões que contradizem a identidade do PT — cortes nos gastos sociais e redução de pessoal

do para exercê-la? Quais as reações? Quais os aliados? Quais os efeitos desta ofensiva fiscal sobre os investimentos privados?

O Plano oferece em troca duas concessões que contradizem de modo frontal a identidade política do partido. A primeira é aceitar cortes nos gastos sociais, argumentando que podem ser feitos mantendo o volume e até melhorando a qualidade dos serviços. Se é verdade, mantenham-se então os gastos e leve-se sua abrangência e eficácia, já que o país vive uma situação social de emergência. A segunda concessão é propor a redução dos gastos com pessoal, o que inclusive contradiz a crítica à destruição do setor público pelo governo Collor.

O mesmo posicionamento aliado aparece na proposta de serem lançados títulos de dívidas do governo garantidos pelos dólares das reservas externas. Por que este dinheiro, que é patrimônio do país, deve ser dado como garantia para as aplicações financeiras daqueles que mais especulam contra a moeda nacional? E o FGTS? E as cadernetas? Por acaso a poupança popular não precisa de garantia?

A proposta de combater a inflação pelo gradualismo tem sido defendida pelo partido há muitos anos. Como se fosse uma novidade, o documento ignora os inúmeros questionamentos já levantados a ela, reforçados pelo fracasso de experiên-

Os problemas são complexos e difíceis e nós também não temos propostas aprofundadas. Esta é uma razão suficiente para protestarmos mais uma vez contra a elaboração de projetos econômicos dos quais o partido toma conhecimento pela imprensa diária. A falta de discussão ampla e regular explica, em boa medida, as debilidades e contradições deste programa de emergência.

Se "a superação da crise é tarefa de toda a sociedade", por que não estender tal democratismo ao interior do partido quando se trata de elaborar propostas? Ensina a história do movimento socialista que muita amplitude externa combinada com marginalização interna pode levar a resultados desagradáveis.

Há muitos anos reclamamos da inexistência de discussão organizada e permanente das questões econômicas do PT. Mas a direção nacional se recusa a enfrentar os conhecidos problemas que têm inviabilizado o funcionamento regular de um coletivo partidário voltado para os temas econômicos. Prefere documentos apressados e genéricos, elaborados por grupos de confiança, ao sabor de demandas conjunturais. Uma atitude politicamente irresponsável.

ODILON GUEDES
economista e vereador do PT/SP
SÉRGIO AMADEU
sociólogo, CDE do PT/SP

DITO POPULAR

Bateu direto no fígado. Foram muitos dias sem poder pôr nem uma cervejinha na boca. E com um baita calor. Toda grande decepção faz meu fígado chiar. Ele sente, reage, independente de qualquer tentativa de ignorar ou racionalizar, vinda do cérebro. E nunca o fígado chiou tanto. Também pudera. Não foi nenhum dos sem-vergonhas que abundam por aí, ninguém de quem eu esperasse algum comportamento oportunista qualquer. Foi Luíza Erundina, uma pessoa em que eu confiava muito. Acompanhei sua atuação como líder sindical, como vereadora, deputada, trabalhei bastante na pré-convenção e na eleição que a tornou prefeita e, mesmo quando discordava ou considerava errada alguma atitude sua na prefeitura, não via isso como intencional.

Só faltou ela dizer que os fins justificam os meios. Talvez o fim também não seja tão louvável, mas apenas alguma coisa de vaidade ou ascensão pessoal. E mesmo que fosse "para o bem do povo", não concordo com isso. Fiquei acreditando que ela agora vai para onde estiverem os holofotes. Uma baita decepção. Uma tristeza. Não é nada agradável pensar que podem ter razão as pessoas que dizem que político é tudo a mesma porcaria, mais cedo ou mais tarde mostram o que realmente são e esquecem princípios, companheiros... Ainda creio que alguns fujam desse tipo, mas a conduta de Erundina é de abalar as convicções.

A opinião pública, a mesma que aprova a pena de morte e eleger Maluf, aprova e vibra com a entrada dela no ministério. Entre os companheiros que trabalharam por ela não vi isso. Só decepção. Um dos únicos eleitores petistas que me disseram aprová-la justificou pela negociação que uma parte do PT pretende propor, de indicar Covas para governador em troca de um apoio dele a Lula para presidente. Ora, Erundina deveria ser a primeira a saber que isso, embora exista na cabeça de alguns, não passa pela chamadas "bases". Ela foi candidata a prefeita vencendo a direção do partido.

Raquel de Queiroz a apóia - e soube que ela apreciou muito. Hortência, José Victor Oliva, Thiago de Melo, Antônio Ermírio, Adib Jatene, João Sayad e outros figurões, também. Espero que eles trabalhem para Erundina nas próximas eleições, pois parece que este é seu público preferido agora. Marilena Chauí pergunta numa matéria se é possível conceber Erundina fora do PT. Eu me pergunto se é possível voltar a confiar nela. E duvido. Meu modesto voto não irá mais para ela, que com novos eleitores tão ilustres não vai lamentar nem um pouquinho, né? Ai, meu fígado...

MOUZAR BENEDITO



Não basta fazer o impeachment: tem que participar. Com este slogan, a maior parte das forças de esquerda decidiu apoiar e participar do governo de Itamar Franco, mesmo registrando divergências pontuais e globais com a política da administração federal.

A exceção é o PT. Pode-se argumentar que não era uma exceção muito rigorosa: Barelli foi para o governo com o aval de Lula; os deputados federais petistas têm votado nos projetos do governo; e o PT faz uma oposição mais que moderada.

O convite formulado por Itamar e aceito por Erundina, para assumir a Secretaria de Administração Federal, pode jogar o PT numa oposição bem mais radical que a atual (ver coluna na página 5). Ou pode levá-lo a apoiar abertamente o governo. Por isso é que, mesmo condenando a "atitude pessoal" de Erundina, os dirigentes da esquerda governista salientam que sua colaboração - e a do PT - pode ser essencial para o governo.

Para contribuir no debate sobre a esquerda, o PT e o governo Itamar, **Brasil Agora** ouviu várias opiniões, que apresenta a seguir.

PARTICIPAÇÃO EFETIVA. Segundo o deputado estadual Pedro Dallari, (PT-SP), o governo Itamar tem inúmeras contradições internas, mas graças ao forte apoio das forças democráticas tem sinalizado com a possibilidade de avanços importantes, por exemplo com a perspectiva de adotar políticas de combate à inflação de caráter não recessivo, ao contrário de Collor, e com perspectivas de crescimento econômico. Também o combate aos oligopólios sinaliza para as forças democráticas as perspectivas de avanços.

Segundo Dallari, está fazendo muita falta o PT adotar esta posição, já que com sua força social e de mobilização poderia dar nova qualidade a este apoio. Por isso defende a participação efetiva do PT no governo

Quem vai embalar Mateus?

Diante do caso Luíza Erundina, o PT se vê obrigado a tomar uma posição mais nítida frente a Itamar

OS CASOS PRECEDENTES

É comovente ver como a grande imprensa saiu em defesa da participação de Luíza Erundina no governo Itamar Franco. Os mesmos que atacaram seu governo na capital paulistana, consideram indispensável sua contribuição ao governo federal. Em nome disso, vale tudo, até matérias mal ajambradas sobre uma pretensa propensão petista a punir os "desviantes", que tornaria o PT equivalente às experiências stalinistas.

Verdade seja dita: para além de tantas outras diferenças, o PT não é propriamente pródigo em punições. No caso mais conhecido - dos deputados que compareceram ao Colégio Eleitoral -, Airton Soares, Bete Mendes e José Eudes não chegaram a ser expulsos: confrontados com uma decisão indicativa, adotada pelo Diretório Nacional petista, que estabelecia o "desligamento" para quem viesse a comparecer ao Colégio Eleitoral, os deputados pró-Tancredo preferiram sair antes.

Noutro caso célebre - dos petistas envolvidos com o assalto a um banco em Salvador -, a Executiva Nacional do PT emitiu nota onde estabelecia o desligamento dos expropriadores...

Maria Luíza Fontenelle, à época prefeita de Fortaleza, e Gilson Menezes, então prefeito de Diadema, também saíram por decisão própria. No caso do segundo, numa tentativa mal sucedida de eleger, via PSB, o candidato que vira recusado pelo PT. Da leva de prefeitos eleitos em 1988, alguns foram desligados (um eufemismo para expulsão, diga-se) por envolvimento com o então governador Newton Cardoso; outros, como Jacó Bittar, ex-prefeito de Campinas e fundador do partido, saiu para evitar que fosse confirmada, pelas instâncias superiores, a decisão adotada pelo Diretório Municipal de Campinas, que o considerava "excluído" do PT.

Ano passado, o PT considerou fora de suas fileiras todos os filiados envolvidos na estrutura para-partidária da Convergência Socialista. Neste caso, tratou-se de um processo bastante longo, cujo clímax se arrastou por vários meses.

Diferença sutil. Nos partidos comunistas e quetais, a expulsão das minorias, das dissidências e dos divergentes em geral obedecia geralmente a um ritual: os setores em oposição à direção da organização eram expulsos antes que, utilizando-se da democracia interna de suas próprias organizações, pudessem converter-se em maioria. Nunca

Itamar, para acelerar as possibilidades já abertas pelo presidente.

NOVAS REGRAS. Já Sérgio Arouca, vice-líder do PPS(RJ)

na Câmara Federal, considera que o governo Itamar foi uma ruptura, que colocou novas regras de relacionamento político no país. É um governo que contém uma



EUGENIO NOVAKS/FI

foi este o caso no PT e também não é isso que está em debate agora.

Curiosamente, o Estatuto e o Regimento Interno do PT são extremamente omissos diante de atitudes semelhantes a da ex-prefeita paulistana, remetendo-se em ambos os casos à Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que prevê o seguinte: "Os filiados ao partido que faltarem a seus deveres de disciplina, ao respeito a princípios programáticos, à probidade no exercício de mandatos ou funções partidárias ficarão sujeitos às seguintes medidas disciplinares: advertência; suspensão por 3 (três) a 12 (doze) meses; destituição de função em órgão partidário; e expulsão".

Qualquer que seja a decisão do Diretório Nacional do PT, ela terá inevitavelmente um caráter político e não regimental, já que o órgão adequado para uma decisão formal sobre o caso Erundina é o Diretório do PT paulistano, conforme afirmam membros da própria Executiva Nacional a partido.

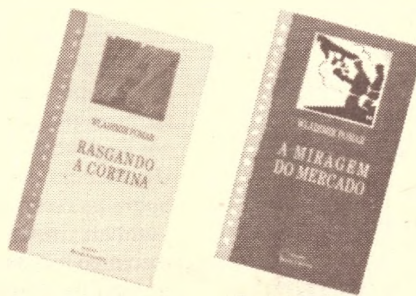
tensão interna muito grande e é por isso que tem tido um desempenho muito desigual. Há avanços notáveis, por exemplo, em ministérios como o da Previdência, o

O SOCIALISMO JÁ ERA?

Durante 86 dias, entre junho e setembro de 1990, Wladimir Pomar percorreu um trajeto que vai da Alemanha reunificada à Albânia - passando pela Polônia, Checo e Eslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária, Romênia e URSS.

Rasgando a cortina discute a experiência do socialismo construído nos países do Leste Europeu, numa tentativa de compreender as razões de seu fracasso. Cr\$ 46.000,00

A miragem do mercado é uma análise do processo de reintrodução do capitalismo naqueles países, suas contradições, seus limites e seus mitos. Cr\$ 50.000,00

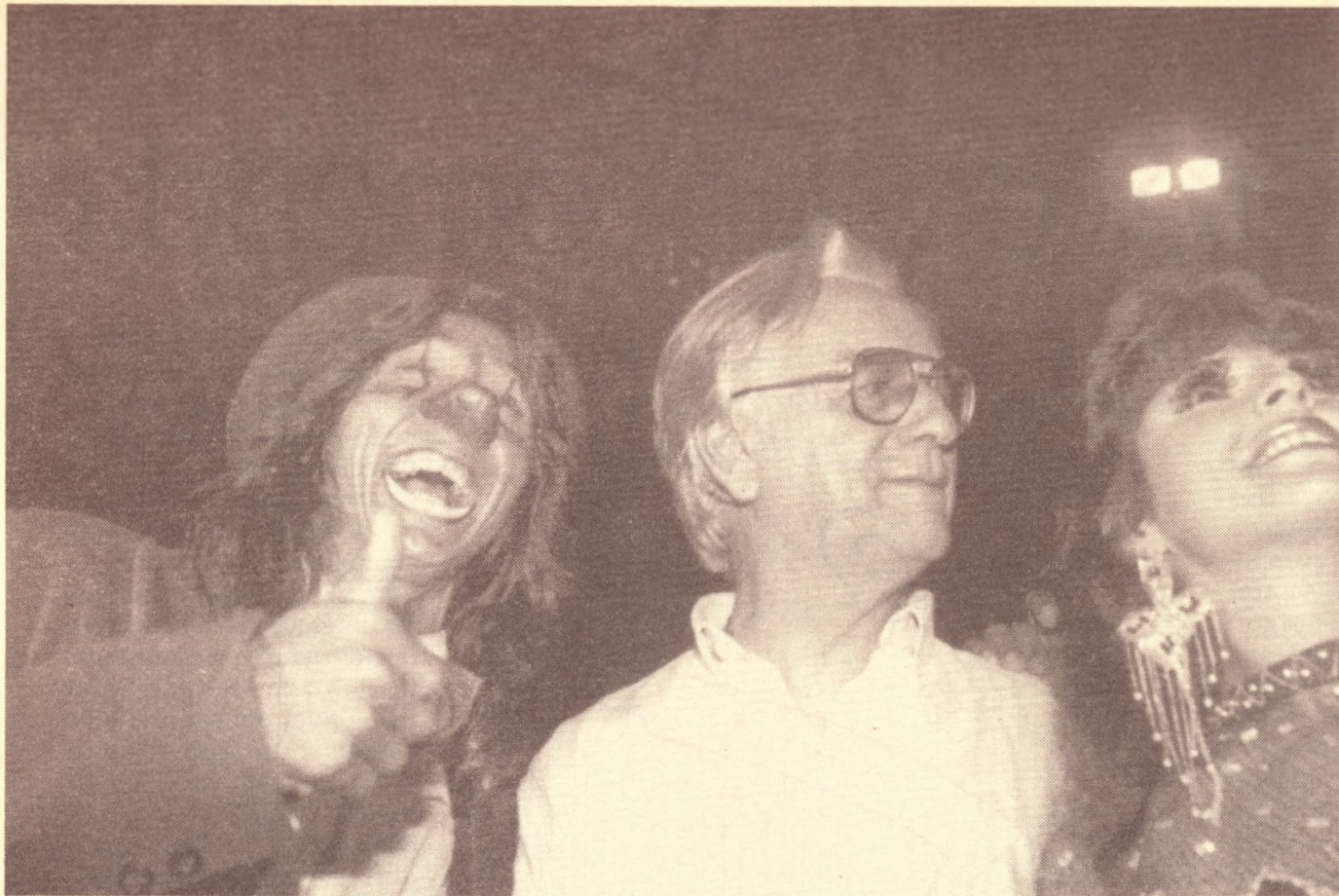


Rasgando a Cortina e A Miragem do Mercado fazem parte de uma trilogia. O terceiro volume - **A Ilusão dos Inocentes** - será dedicado a discutir as perspectivas futuras da luta pelo socialismo.

SCRITTA EDITORIA

EDITORA PÁGINA ABERTA LTDA.
Rua Dona Germaine Burchard, 286
05002 São Paulo - SP

À VENDA NAS LIVRARIAS E DIRETÓRIOS DO PT ★ OU DIRETAMENTE NA EDITORA: TELEFONE (011) 262-1155



Itamar: novo estilo e polêmica com o PT

da Educação e o da Saúde.

Quanto aos pontos apontados como continuidade do projeto Collor - privatização, portos, ajuste fiscal - Sérgio Arouca considera que um dos poucos méritos de Collor foi ter colocado para o país uma agenda de temas pertinentes.

TRANSPARÊNCIA. Geraldo Alckmin, deputado federal e presidente do PSDB-SP, avalia de forma positiva estes 4 meses de governo Itamar, marcados pela honradez, seriedade e preocupação com a área social. Outro ponto importante é que Itamar manteve o projeto de enxugamento do Estado, através das privatizações, só que feito de forma correta e transparente.

Liberato Caboclo, deputado federal pelo PDT-SP e presidente regional do PDT, considera que o governo Itamar tem tido como tônica manter as medidas macropolíticas e macroeconômicas do governo Collor: privatização, projeto dos portos, reforma fiscal. De uma maneira geral as medidas econômicas e políticas continuam no mesmo rumo, só que com muita honestidade e democracia. Desde o primeiro momento, o PDT

apóia o governo Itamar e colocou seus quadros à disposição do presidente, mas sem no entanto assumir nenhuma responsabilidade partidária.

RESISTÊNCIA. Jamil Murad, deputado estadual do PC doB(SP), considera que o governo Itamar não representa um novo rumo para o Brasil. A postura de Itamar, no entanto, é muito importante como resistência à aplicação do projeto de Collor.

Segundo Murad, o governo Itamar é um pouco como uma arca de Noé. "Há gente que quer continuar a política neoliberal - Goldman e Haddad - e há setores que tentam dar um novo rumo - Barelli, Maurício Correa, Brito."

O deputado federal José Dirceu (PT-SP) diz que passados cento e vinte dias, vai ficando claro o caráter do governo Itamar. Impossibilitado de apoiar-se no discurso da interinidade, Itamar insiste com ares imperiais na governabilidade acima dos partidos e ideologias. Hamilton Pereira, da executiva nacional do PT, afirma que o governo Itamar dá prosseguimento à política agrária e agrícola do governo Collor.

Ernesto Gradella, da

Convergência Socialista, acha que o governo Itamar continua aplicando os planos do governo conservador. Foi assim com a privatização da Acesita, com o projeto de privatização dos portos, com a lei de reforma agrária e com o ajuste fiscal.

mo Collor fazia acenos na política social - através do social-liberalismo - o que mudou portanto foi a linguagem". - diz ele.

FLAMARION MAUÉS
Colaborou: Valter Pomar



REPERCUSSÃO NOS ESTADOS

A ministra Luíza Erundina provocou um enorme rebuliço no PT. Dezenas de moções foram aprovadas por núcleos, diretórios e executivas municipais e estaduais. Isso para não falar de abaixo-assinados pró e contra que circulam freneticamente, na esperança de influenciar os votos dos membros do Diretório Nacional do PT.

Nos quatro estados mais importantes (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), foram aprovadas notas duras sobre o governo Itamar e contra a atitude da ministra Erundina.

"A decisão de aceitar o convite presidencial à revelia do partido expressa um rompimento inaceitável da ética e da disciplina partidária", afirmam os mineiros, para quem a ex-prefeita "se colocou para fora do partido", devendo ser suspensa enquanto exercer cargo de confiança no governo federal, "sendo que seu eventual retorno deverá ser discutido pela direção nacional".

Os paulistas propuseram "solicitar à companheira Erundina que peça a demissão do seu cargo no governo ou a sua desfiliação do PT. Caso uma das duas hipóteses acima não ocorra, o Diretório Nacional considera que a companheira Luíza Erundina excluiu-se do PT".

Os cariocas aprovaram uma resolução de solidariedade à resolução do Diretório Nacional petista que prevê a oposição a Itamar, e aprovaram uma resolução originada no diretório municipal paulistano, que propõe ao Diretório Nacional do PT "proceder a seu desligamento das fileiras do PT", "na hipótese da companheira Luíza Erundina continuar no governo e não se desligar formalmente".

Já os gaúchos que também insistem na oposição ao governo Itamar propõem a suspensão de Luíza Erundina por um mês, findo o qual, se ela não sair do governo, deve sair do partido.

A maioria dos Estados se pronunciou nesta linha. A voz destoante até agora é do Ceará, que é contra punições.

PARLAMENTARISMO X PRESIDENCIALISMO

Se o companheiro ainda não decidiu, ainda está em tempo. Ligue agora para a **Loja Treze** e adquira todas as publicações sobre o assunto. Temos também camisetas, estrelas, broches e adesivos. Oferecemos treze opções em oferta. Você decide. Ligue agora para a Pita no Fone: 37.6651, ela tem ótimos planos para seu diretório.



LOJA CDM - PT - SP

Rua Pedro Taques, 70 - Consolação.

Produto	Cr\$/Unidade
Estrala Metal (Peq. Solda)	8.000,00
Estrala Metal (Méd. Cola)	10.000,00
Estrala Metal (Méd. Solda)	15.000,00
Estrala Metal (Gde. Solda)	20.000,00
Estrala Metal pingente	10.000,00
Broche Fundação PT (Solda)	25.000,00
Broche Lula redondo (solda)	20.000,00
Broche Lula retang. (solda)	20.000,00
Chav. Lula e PT retang. (solda)	30.000,00
Lapela alfinete redondo peq.	10.000,00
Lapela alfinete retang. peq.	10.000,00
Caneta	10.000,00
Adesivo Lula Brasil/Feliz 94	3.000,00

Condições especiais para Diretores:

Acima de Cr\$ 500.000,00, 20% à vista ou 5 dias s/desconto.

Acima de Cr\$ 1.000.000,00, 25% à vista ou 10 dias s/desconto.

Acima de Cr\$ 2.500.000,00, 30% à vista ou 10 dias + 10% desconto.

Projeto de encomenda

BRASIL PANDEIRO

VICE E VÍCIO. O novo presidente da Câmara dos Deputados, o pernambucano Inocêncio Oliveira, do PFL, conhecido por seus métodos fisiológicos, teve como cabos eleitorais figurinhas como ACM e Sarney. Sua vitória foi comemorada antecipadamente, um dia antes da eleição, numa festa oferecida pelo deputado Maluly Neto (PFL-SP), na casa de João Carlos Di Gênio, o dono das escolas Objetivo, que de pobre virou rico durante a ditadura e que tem a fama de ter sido um dos financiadores da Operação Bandeirante, que precedeu o DOI-Codi na matança e tortura de opositores do regime militar. A festa contou com a presença da turminha braba de Fernando Collor.

CONTINUISMO. O Estadão faz um levantamento em 11 órgãos da administração estadual de São Paulo e comprovou que pelo menos 200 pessoas com cargos de confiança no governo Quéricia continuam no governo Fleury — como observa o mesmo jornal, um número muito superior ao dos quercistas que já foram afastados por suspeita de corrupção e enriquecimento ilícito. A continuidade é pois muito maior do que parece.

O NERO CARIOCA. Imagine Benedita da Silva eleita prefeita e tentando criar um fuso horário próprio para a cidade do Rio. Seria no mínimo chamada de crioula maluca, gozada e humilhada pela grande imprensa. Mas o branco direitista César Maia tentou fazer isso e ninguém gozou, ninguém ironizou, ele foi tratado com o maior respeito pela grande imprensa. Interessante, não?

MAIS UMA DELE. Paulo Maluf quer mesmo se confirmar como a grande opção da direita no país para 1994. Agora está insatisfeito com o tamanho reduzido do seu PDS e anunciou que vai fundi-lo com outras legendas representadas no Congresso Nacional. Ele pretende, até a metade do ano, uma nova sigla que terá entre 70 a 90 deputados federais. Maluf está com o olho gordo especialmente no recém-formado PP (Partido Progressista), que juntaria o PST do ex-governador do Paraná, Álvaro Dias com o PTR do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. E ameaça: "temos gente infil-

A indignação dos trabalhadores portuários, ao cantarem o Hino Nacional, de mãos dadas e voltados de costas para o plenário da Câmara dos Deputados, na noite de 28 de janeiro passado, não teve apenas um conteúdo de defesa do trabalho. Foi também um gesto de patriotismo. A União, pelo novo texto que pretende atualizar as relações de investimentos e de trabalho nos portos, dá autêntica franquia do nosso litoral para qualquer interessado em explorar a atividade portuária, minimizando, se não contrariando, o artigo 21.

Duas vítimas, de fato, resultam do projeto de lei 08/91, enviado ao Congresso pelo ex-presidente Collor: o porto público e a mão-de-obra, ou seja, os trabalhadores. A primeira, pelas facilidades de concessões de áreas já exploradas pela União ou que venham a ser pleiteadas pela iniciativa privada junto aos portos, inclusive pela possibilidade de operarem com cargas de terceiros. Pode se prever que o porto público está com os dias contados, na medida em que seu concorrente gozará de uma série de isenções para operar. Trata-se de uma questão estratégica para o desenvolvimento do país, suscetível de facilitar a formação de novos cartéis e oligopólios em nossa economia. Assim, o domínio do capital estrangeiro sobre o comércio exterior do país, que age sobre o sistema modal, incluído o uso de navios e o de contêineres, agora também

Aprovado pela Câmara Federal, ele penaliza os trabalhadores e facilita a formação de cartéis.



fica apto a controlar os portos.

FALÁCIAS E FOLCLORE. A segunda vítima - os trabalhadores - lutou desesperadamente para, pelo menos, ter o direito à paridade no seu órgão gestor, mas não conseguiu, sujeitando-se à gerência exclusiva dos empresários num campo que diz respeito direto a eles. Caçados pela mídia nacional, que se sujeitou a um dos maiores lobbies da nossa história, e fez um serviço de policiamento do Congresso, os trabalhado-

res viram-se encurralados e até inferiorizados para negociar o único instrumento que sobrou, os acordos coletivos de trabalho.

Há falácias e folclore nessa discussão. Defender e aceitar a passagem da comunicação via grito para a telemática, todos estamos concordes, mas em termos. Modernizar é preciso, até para dignificação do trabalho humano e do respeito ao corpo, mas sem tratar os trabalhadores como peças de plástico descartáveis. Nesse sentido, o projeto

que foi à sanção presidencial é draconiano, embora preveja indenizações para trabalhadores avulsos que espontaneamente deixem a atividade em determinado espaço de tempo.

Falácias e folclore vêm por conta dos custos. A mão-de-obra não é causadora de impedimentos à deficiência nos portos, na maior parte sucateados propositadamente pelo poder público. Há poucos dias, um guindaste de 1926, de velho e mal-cuidado, foi ao chão no porto de Santos, matando o seu operador, um operário portuário. Os empresários razoáveis sabem que o custo da mão-de-obra é perfeitamente assimilável pela movimentação de carga, ante os do transporte em geral e dos equipamentos utilizados. Mesmo assim, a opinião pública foi insistentemente "trabalhada" em contrário, tanto quanto a maioria dos parlamentares.

Agora, além do recurso da greve, que afinal também penaliza o grevista, resta o fortalecimento dos Conselhos de Autoridade Portuária - CAP, onde se insere a figura da gestão tripartite, defendida de forma insistente e afinal vitoriosa pela prefeitura de Santos e Associação Brasileira dos Municípios Portuários. Nesses Conselhos estarão o poder público, os trabalhadores e empresários com atribuições na definição da política de cada porto, pela qual lutaremos para que seja regionalizada e democrática.

TELMA DE SOUZA

ex-prefeita de Santos, presidente estadual do PT.

REFORMA AGRÁRIA

Um bom teste para Itamar

Movimentos reivindicam vetos do presidente a artigos da lei aprovada pela Câmara

Mais de quatro anos após a promulgação da Constituição de 1988, finalmente o Congresso Nacional aprovou o projeto que regulamenta as disposições relativas à reforma agrária. O projeto, votado pela Câmara dos Deputados no dia 27 de janeiro, deverá ser sancionado pelo presidente da República até o dia 18 de fevereiro.

Na avaliação das entidades ligadas ao movimento dos trabalhadores rurais, o projeto apenas garante a implementação de um programa mínimo de reforma agrária se houver interesse da parte do governo federal. Ainda assim, se o presidente da República vetar alguns artigos nele inseridos.

No dia 1º de fevereiro, 20 representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) estiveram com o presidente Itamar Franco para solicitar os vetos a dispositivos dos artigos 14º, 15º

e 17º. Na prática, eles impossibilitam a realização de programas de reforma agrária e agravam os conflitos fundiários.

Durante a audiência no Palácio do Planalto, o presidente Itamar Franco se comprometeu a estudar a possibilidade de veto aos artigos 14º e 17º. Ele não externou, porém, qualquer propósito de realmente desencadear um programa de reforma agrária. Segundo afirmou ao **Brasil**

Agora o deputado Adão Pretto, da bancada rural do PT, o veto a esses artigos, e especialmente ao 17º, é o grande teste para se saber se o atual governo está mesmo comprometido com a reforma agrária.

OBSTÁCULOS. O artigo 14º permite que o proprietário expropriado permaneça no imóvel até o final da ação de desapropriação. Já o artigo 15º determina que não podem ser desapropriados os

imóveis que tenham sido adquiridos por via judicial para pagamento de dívida do proprietário devedor anterior no prazo de três anos. A aprovação deste artigo foi especialmente comemorada pela UDR porque basta que um proprietário dê seu imóvel em garantia de uma transação financeira para impedir que seja desapropriado.

O outro grande obstáculo é posto pelo artigo 17º, que define a prioridade de desapropriações em função de um critério nacional e não por micro-regiões, conforme defende o movimento pela reforma agrária. Além de interferir na execução de ações privativas do governo (como a definição de planos plurianuais de assentamento, por exemplo), este artigo abre brecha para que os latifundiários recorram à Justiça.

ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ,
de Brasília



Luiz Antônio Medeiros foi um dos homens mais ligados ao ex-presidente Fernando Collor. Pôs à disposição de seu governo duas entidades que dirige - o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a Força Sindical, central criada por ele para combater a CUT. Collor foi afastado da presidência, mas Medeiros continua atuante, apoiado por



empresários e meios de comunicação. Nos próximos dias será aberta a disputa eleitoral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que ele pretende continuar dirigindo por mais três anos. O momento é oportuno para se conhecer um pouco da história deste homem, que fez da fisiologia, da truculência e do puxa-saquismo seu principal meio de vida.

MIMI, O FIESPENTO

O collarido que não caiu

Sabe-se que veio do Amazonas, tem 45 anos, pretendeu-se comunista e revolucionário na juventude - usando até codinome indígena -, ficou fora do país por sete anos durante a ditadura militar, foi para o PCB... e até disto se arrependeu.

E nada pior e mais subserviente aos setores mais reacionários e corruptos do capital que um comunista arrependido. O atual secretário municipal da Cultura de São Paulo e alguns de seus eminentes assessores que o digam...

Mas tudo isto vem sendo feito em nome da "modernidade" e - fique claro - dos interesses da classe trabalhadora ou dos descamisados. Como queiram.

Nesse diapasão, a queda do muro de Berlim (ou terá sido a de Constantinopla?) inaugura uma era quando provado fica que o socialismo não resolveu os problemas da humanidade, e que portanto a saída é o capitalismo. Em outras palavras, o marxismo está morto! Viva Aristóteles!

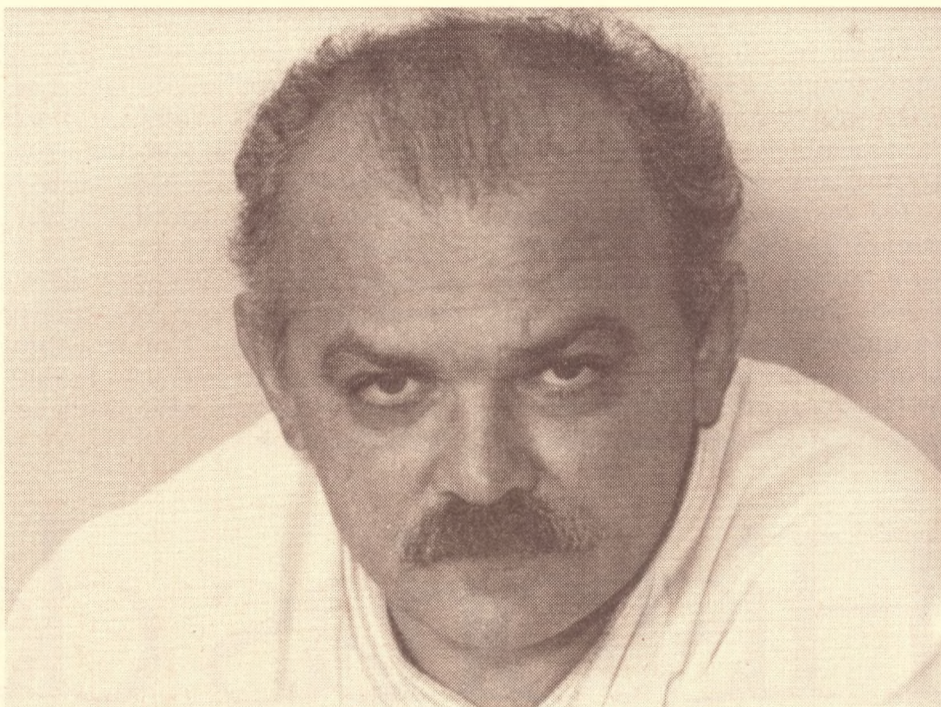
Um pouco de ufanismo: o Brasil no Primeiro Mundo ou o maior sindicato da América Latina; uma meia dúzia de termos de origem inglesa: *software, fax, bites and bits* ou mesmo *tampax*; duas ou três profissões de fé em torno da palavra "democracia"; um fundamento real e, como condimento picante para todo esse molho, selecionadas porções de privacidade (de preferência detalhes de alcova) transformadas em espetáculo público. (N.R.: Numa entrevista à revista *Interview* em 1991, Medeiros, tratado como "ganhão sindical" pelo repórter, relata suas preferências sexuais e ofende a deputada Rita Camata com insinuações de baixo nível.)

CORTINA DE FUMAÇA. Esta é a receita cunhada no Brasil no final dos anos 80 e começo da atual década para o marketing dos "vencedores".

A escola Collor.
A escola Magri.
A escola Medeiros.

Uma cortina de fumaça a esconder questões substantivas em jogo. Interesses. Políticas. Alianças.

Três fatos recentes são suficientes para deixar claro como, com quem e para que(m) articula o sr. Medeiros seu "sindicalismo de resultados", sua Força Sindical e seu



Medeiros sabe conservar amigos e aliados

melífluo discurso de "sindicalismo sem interferência política".

O primeiro, o caso de uma verba repassada pela Secretaria Estadual do Trabalho (1990 - gestão Orestes Quércia) para o Instituto Brasileiro de Estudos Sindicais - IBES, sob a presidência do sr. Medeiros. A verba era oficialmente destinada à realização de cursos de formação de dirigentes sindicais. Os inquéritos civis e policiais instaurados para apurar a destinação dada aos 118.500 dólares da verba falam da "emissão de recibos e documentos falsos com o objetivo de apropriação de dinheiro público".

Resumindo o noticiário a respeito: o sr. Medeiros teria recebido dinheiro do estado autorizado pelo governador Quércia, com o objetivo de desviá-lo para a Força Sindical.

O segundo caso, trata-se do empréstimo de 1,6 milhão de dólares concedido pelo governo federal em 1991 ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, para a construção da sede-escola da entidade. O empréstimo foi liberado pela CEF - Caixa Econômica Federal, com recursos do FAS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

O AMIGO COLLOR. Todos conhecemos as ligações políticas do sr. Medeiros, na época, com os senhores Lafaiete Coutinho (presidente da CEF), Rogério Magri (ministro do Trabalho)

e Fernando Collor (presidente da República), que assinou a autorização do empréstimo. A transação está sendo apurada pela Procuradoria Geral da República e, além dos esquemas tradicionais de corrupção, há indícios de desvio de dinheiro para a Força Sindical.

O terceiro fato, cujos desdobramentos ainda são aguardados, são as gestões do sr. Medeiros - desde novembro passado - junto ao prefeito Paulo Salim Maluf, no sentido de criar uma Secretaria Municipal do Trabalho. Ora, ninguém desconhece articulações em sentido idêntico (algumas com sucesso) levadas a cabo pela Força Sindical, particularmente nos municípios do ABC paulista, junto aos prefeitos do PTB recém-eleitos.

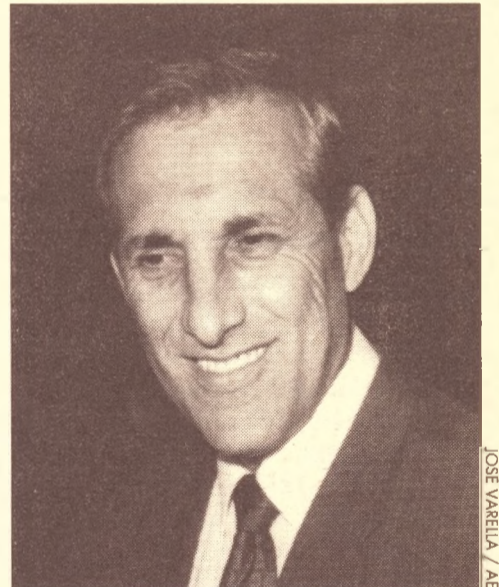
Para quem postula um "sindicalismo sem interferência política", o sr. Medeiros até que está se saindo muito bem: alianças, sim, mas só com os "setores mais modernos e mais democráticos" da sociedade: Orestes Quércia, Fernando Collor, Maluf e PTB.

A esta altura, tornam-se imperiosas as palavras de José Fortunati na apresentação do livro *Os mercados de ilusões*:

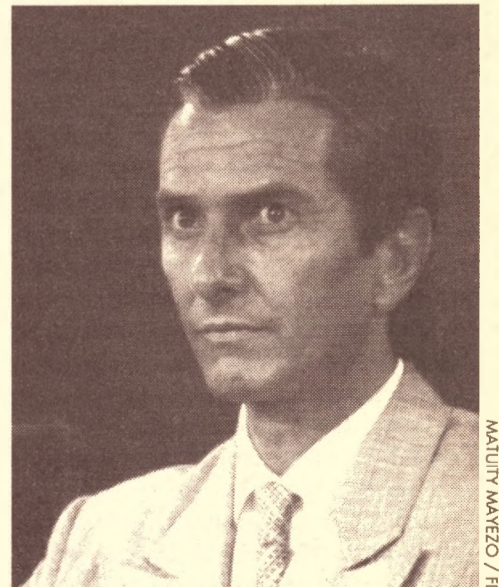
"As direções sindicais são exigidas posições que se vinculem claramente a uma das partes no conflito que se dá entre os que só dispõem da sua força de trabalho e aqueles que detêm o capital para comprá-la. Esta



PAULO GANDAULA / FI



JOSÉ VARELLA / AE



MATURY MAVEZO / FI

posição de partido visa transformar a sociedade e tem no sindicalismo um momento não só de reivindicações imediatas, mas também de luta política e ideológica contra a dominação burguesa".

ALÍPIO FREIRE

Há seis anos presidindo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Medeiros sempre enganou muita gente. Mas com Collor no poder,



ele desabrochou, e escancarou seus métodos. "Mimi, o Fiespento" é o apelido que ele fez por merecer devido suas ligações com a FIESP.

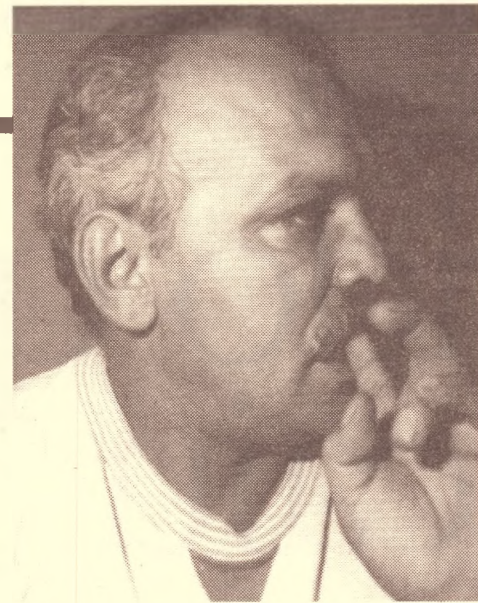
Ao lado, o Palácio do Trabalhador, a nova sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo: uma enorme torre de vidro fumê, cuja construção foi orçada em 6,5 milhões de dólares. Abaixo, mais modesto, o prédio da FIESP/SP

O CAGÜETA

Sofunge, maior siderúrgica de S.Paulo. No início de fevereiro, os operários aguardam que venha a ordem para mais um período de férias compulsórias, já anunciado pela empresa, associada da Mercedes Benz. A direção acostumou-se não apenas a "flexibilizar" os direitos dos trabalhadores como também a promover sucessivas ondas de demissões. Dos 3.500 trabalhadores que havia há cinco anos, sobraram agora cerca de 2 mil.

Em novembro de 91 ocorreu a última tentativa de resisitir, relatada por José Carlos Miranda, ex-operário da Sofunge, hoje diretor da CUT-Grande São Paulo. A forma como foi sufocada ajuda a entender os métodos de que Medeiros serve-se para sufocar a oposição nas grandes fábricas, seu reduto principal.

Os trabalhadores se insubordinaram e permaneceram em greve, quando a diretoria do sindicato impôs numa assembleia um acordo negociado com a Fiesp, que oferecia índice de reajuste inferior ao que fora defini-



do pela própria Justiça do Trabalho.

Única interlocutora admitida pela Sofunge, a diretoria do sindicato passou a comandar as negociações, e as assembleias constantes que se faziam diante da empresa.

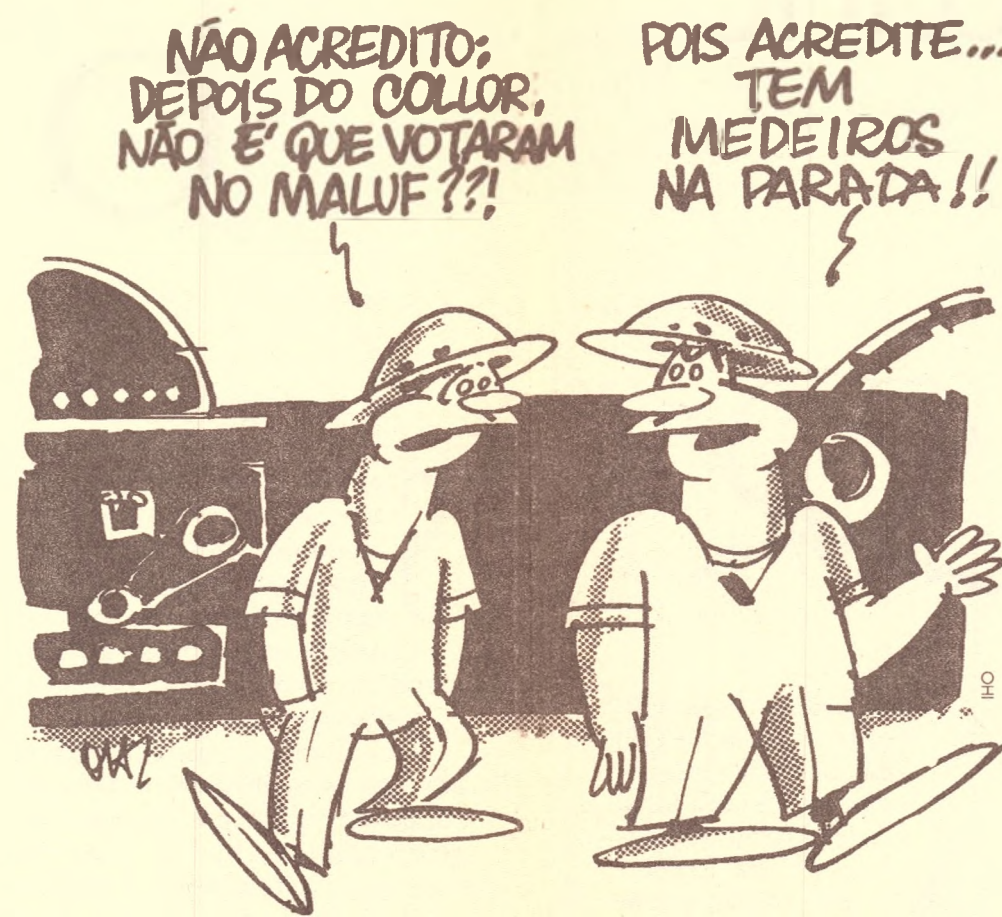
Por 26 dias os trabalhadores resistiram. Depois, o desespero derrotou a fábrica rebelde, que ousava sozinha desafiar a recessão. Foi então, quando se esgotava a resistência que, os subordinados de Medeiros lançaram, numa assembleia, a proposta. A Sofunge, disseram, acei-

taria sem promover dispensas a volta imediata ao trabalho. A exceção eram 26 trabalhadores, que seriam demitidos sem possibilidade de negociação. "Infelizmente", disseram os diretores, "não é possível que dois mil segurem a barra de um punhado".

A lista dos 26 demitidos, lembra Miranda, correspondia exatamente aos ativistas mais destacados da oposição, que haviam participado semanas antes da eleição para o IV Congresso da CUT.

Episódios em tudo semelhantes ocorreram em inúmeras empresas nos últimos três anos. Os casos da Mafersa, Caterpillar, Walligta, Atlas, Rolamentos FAG, Wallita e Coldex-Frigor tornaram-se notórios. Privada de lutadores valorosos, a categoria teve menos força para resistir à prepotência da Fiesp - e às demissões, por exemplo. Dos quase 400 mil metalúrgicos que havia na capital no início do governo Collor, estima Carlos Grana, da Federação de Metalúrgicos de S.Paulo, restam hoje cerca de 250 mil. ♦

MIMI, O FIESPENTO



O NEOLIBERAL

O ano de 1993 começa com números que, vistos de fora, indicam uma modesta retomada de produção nas indústrias de S.Paulo. Durante as três primeiras semanas de janeiro, o índice de desemprego pára de crescer.

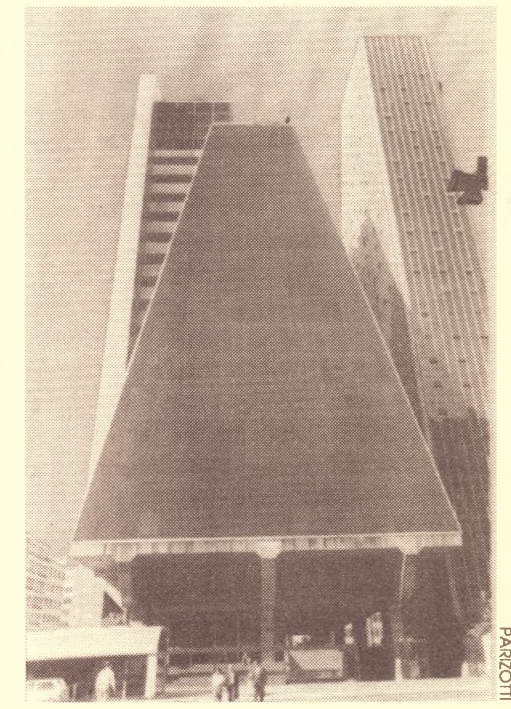
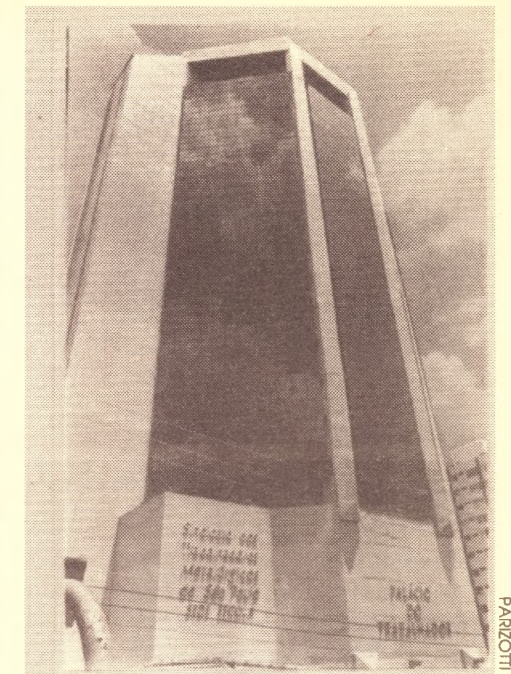
Do lado de dentro, porém, o cenário é de devastação. Dezenas, centenas de milhares de operários foram demitidos nos últimos três anos. Os que restaram são obrigados a submeter-se à "flexibilização" de direitos e salários. Na Ford, por exemplo, trabalham - e recebem - apenas três dias por semana.

Nas grandes fábricas, além disso, a terceirização é uma realidade palpável. Ao lado de trabalhadores registrados e sindicalizados há na própria linha de produção um número cada vez maior de companheiros sem registro em carteira, sem direitos trabalhistas, sem sindicato. Muitas vezes atuam na mesma profissão - e até na mesma fábrica - em que trabalhavam há alguns meses. Hoje, porém, estão vinculados às

empreiteiras, às "gatas".

Não há outra maneira de ver Luiz Antonio Medeiros a não ser como cúmplice dessa tragédia. Em 1990, pouco tempo após lançado o Plano Collor 1, ele foi pessoalmente às portas de fábrica defender e assinar acordos que implicavam em redução da jornada de trabalho e dos salários. Agir diferente, dizia, seria igualar-se ao "anacronismo" da esquerda. Além disso a recessão, garantia na época, seria breve. Convicto da justiça de tal projeto, Medeiros chegou a conduzir o homem que o implantava, o já então presidente Collor, a comícios-relâmpago em pelo menos duas fábricas de S.Paulo: a Monark e a Sofunge.

Embalados pelo sonho de chegar ao "primeiro mundo", Medeiros e a diretoria do sindicato também não mexeram um dedo para barrar a terceirização. Prostrados diante de uma deusa - a "modernidade" - deixaram atônitos que ela cobrasse seu preço: as demissões em massa e um arrocho como nunca houvera antes. ♦



Histórias de uma máfia sindical

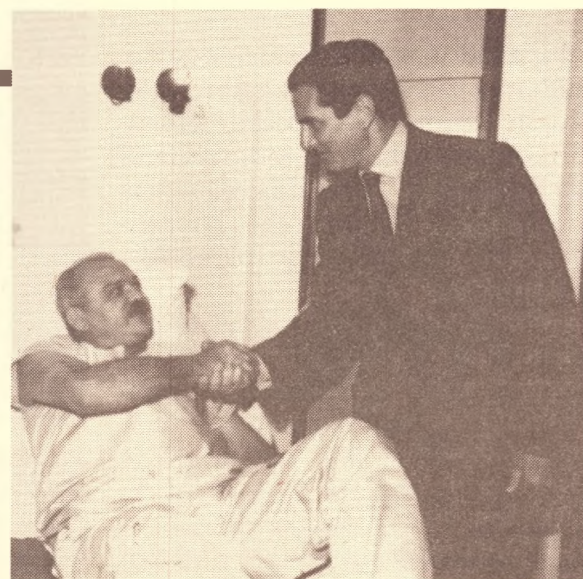
O COLLORIDO

Dezesseis de novembro de 89: "Votei útil contra o Lula", limita-se a responder o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S.Paulo, quando lhe perguntam quem recebeu seu apoio no primeiro turno das eleições para presidente.

Faltam quatro meses para a renovação da diretoria do sindicato, e Medeiros inaugura uma estratégia drástica para combater as forças de esquerda que ameaçam seu reinado. Nos próximos três anos, ele se aproximará cada vez mais do candidato Collor - e depois do presidente Collor - até abandonar o barco, às vésperas do impeachment.

Medeiros atacou a Frente Brasil Popular com ódio redobrado no segundo turno, inclusive no horário gratuito do PRN na TV. Eleito Collor, visitou-o no "Bolo de Noiva", e disse ao sair que recebera a "garantia" de que não haveria arrocho salarial contra os trabalhadores.

Collor retribuiu a gentileza. Logo ao assumir, transforma-se, com popularidade de presidente recém-empossado no cabo eleitoral mais destacado da campanha de Medeiros para a reeleição no Sindicato dos Metalúrgicos. Cita-o três vezes, pelo menos, nos festejados discursos da posse. Recebe-o no Palácio do Planalto e em seguida na Casa da



Dinda. Apresenta o sindicalismo como símbolo da "relação estreita" que quer estabelecer com o movimento sindical.

Favorecido também pela divisão das correntes progressistas, Medeiros consegue reeleger-se, com 73% dos votos. Passa a frequentar assiduamente a intimidade do poder.

Compartilha não apenas da mordomia, mas também das iéias de Collor, e faz questão de deixar isso claro. Indagado sobre a privatização da Usiminas, diz, na mesma oportunidade, que a empresa "tinha de ser privatizada de qualquer maneira". E complementa: "Se fosse o caso, deveriam até entregá-la de graça à iniciativa privada". Os metalúrgicos de S.Paulo sentirão na pele os resultados da adesão a este inúmeros outros dogmas da cartilha neoliberal. ♦

O GÂNGSTER

José Nicolau Macedo, torneiro mecânico da Atlas-Sabroe, jamais militara na oposição sindical. A metalúrgica, onde trabalhou até 1989, era no entanto uma empresa respeitada pela categoria por sua tradição de luta. Talvez por isso, Medeiros esforçava-se por montar ali uma base de trabalhadores favorável à diretoria do sindicato.

Em maio José Nicolau participou, durante quinze dias, de uma greve por melhores condições de trabalho. O movimento fracassou e resultou em desgaste para os ativistas que haviam participado com mais decisão. Por isso, recusou-se a aderir, em agosto, a uma nova paralisação, que lhe parecia artificial. e voltada essencialmente para ampliar o prestígio de Medeiros.

No dia 10, ao deixar a fábrica, foi seguido e insultado por Messias Teodoro, um "assessor" da diretoria do sindicato. Ameaçado de agressão, fugiu. Após correr 400 metros, foi alcançado por Messias, que alvejou-o com dois tiros. Morreu num hospital, cinco dias depois. Incapaz de negar as evidências (Messias, preso em flagrante, era funcionário registrado do sindicato), Medeiros disse à imprensa que o crime não tinha "caráter sindical".

O episódio da Atlas-Sabroe é o mais dramático - mas é apenas um, entre centenas de outros que revelam outra face da ação de Medeiros:



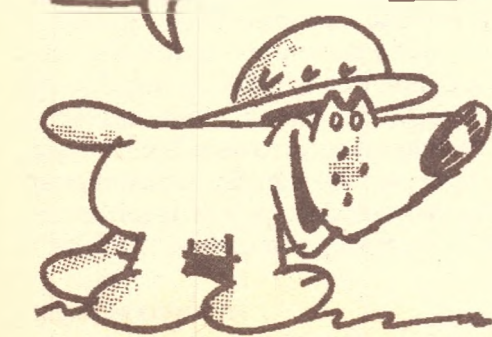
o gangsterismo sindical e o desrespeito sistemático a todo tipo de divergência. Nas assembleias da categoria, ou nas portas de fábrica, jamais é dado à oposição o direito de usar o microfone. Um numeroso grupo de "seguranças" agride, comandado pessoalmente por Medeiros, quem ostenta símbolos - uma bandeira, uma faixa, um simples broche - da CUT ou de qualquer partido ou entidade identificada com a esquerda.

A exemplo de São Paulo, "seguranças" de Medeiros constituem brigadas de apoio às chapas da Força

Sindical, agredindo e aterrorizando adversários em todo o Brasil.

Ao compreender que não poderia manter-se à frente do sindicato sem algum tipo de base nas fábricas, Medeiros iniciou, há alguns anos, uma política de cooptação de delegados sindicais. Assim como indica, porém, Medeiros destituiu os delegados que divergem de suas orientações. Formou aos poucos uma legião de apoiadores submissos, que se reúnem periodicamente no sítio do sindicato, em Mogi das Cruzes, para participar de encontros aparatosos, dos quais o próprio Medeiros jamais deixa de participar, e aos quais chega, com frequência, ao som de fogos de artifício, e a bordo de um helicóptero. ♦

MEDEIROS METALÚRGICO, JUDAS APOSTOLO, SILVERIO DOS REIS INCONFIDENTE!...



O ASSISTENCIAL

Joãoquimão, o velho pelego sob cuja sombra Medeiros ensaiou seus primeiros passos no sindicalismo, e com quem rompeu, para montar seu próprio esquema, há seis anos, está de volta ao Sindicato. Assessor de segundo escalão, ele atende com paciência notável os interessados em ouvir suas versões acerca da história da entidade. O entusiasmo salta-lhe aos olhos quando a pergunta versa sobre o patrimônio e a estrutura assistencial do sindicato.

Uma sede própria no centro de S.Paulo, e uma nova, enorme e majestosa, no bairro da Liberdade. Um orçamento de 6 trilhões de cruzeiros, só superado, no Estado, pelo de quatro prefeituras. Um sítio e uma colônia de férias. Quatro subseções. Um ambulatório com sete andares, 83 médicos, 24 dentistas, dezenas de enfermeiros, atendentes, etc.

Sobre esta imensa máquina repousa mais uma parte do poder sindical de Medeiros. Três mil metalúrgicos passam diariamente só pelo ambulatório, boa parte deles aposentados. Nas eleições sindicais, quase todo este último contingente - que representa cerca de 13% do colégio eleitoral - vota sistematicamente com a situação. Medeiros inaugurou há pouco o que espera ser um de seus grandes trunfos nas eleições deste ano: o Palácio do Trabalhador, uma enorme torre de vidro fumê no bairro da Liberdade, cuja construção foi



orçada em 6,5 milhões de dólares.

A origem de boa parte dos recursos usados para a obra está, mais uma vez, nas relações de claro compadrio entre Medeiros e o Palácio do Planalto. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos envolveu-se, em operações cuja legalidade e lisura estão sendo contestadas na Justiça, com personagens notoriamente ligados ao "esquema PC".

Um deles é o antigo presidente da Caixa Econômica Federal - CEF -, Álvaro Mendonça. Em maio de 1991, às vésperas de uma greve geral marcada pela CUT e CGT para protestar contra o arrocho dos salários, Mendonça preparou - e o pró-

prio Collor avalizou, de próprio punho - um convênio em que a CEF concedia ao Sindicato dos Metalúrgicos empréstimo de aproximadamente 1,5 milhão de dólares, para construção do Palácio do Trabalhador.

Uma série de acordos semelhantes foram firmados no mesmo ano com o ministro da Saúde, Alcenor Guerra (envolvendo US\$ 1,4 milhão) e com o ministro da Educação, no valor aproximado de mais US\$ 1,5 mi. "É evidente que esses recursos vão fortalecer a posição política da Força Sindical", chegou a admitir na época Medeiros. ♦

ANTONIO MARTINS colaborou Adélia Chagas

RESULTADO SÓ NO MARKETING

O marketing espalhafatoso das campanhas salariais de Luiz Antônio de Medeiros esconde os seus verdadeiros resultados. Um bom exemplo é o que ele faz no mês de novembro, data-base de sua categoria. Os acordos fechados neste período causam muito impacto, por causa da inflação acumulada. Aparentemente os resultados são muito bons, mas escondem uma perda nas férias e no 13º salário: Medeiros não reivindica nada para dezembro, mês que costuma ser a referência para o cálculo destes valores.

Em uma retrospectiva dos dois últimos anos é fácil verificar os resultados do "sindicalismo de resultados". Em 1991 a Justiça do Trabalho concedeu aos metalúrgicos de S. Paulo em primeira instância o índice de 113%. A Fiesp recorreu desta decisão e o sindicato aceitou o reajuste de 100%. Além disso, Medeiros abdicou dos 84% da inflação roubados pelo Plano Collor.

Em 1992 os metalúrgicos da CUT conseguiram praticamente todas as reposições salariais, e o setor de autopeças conseguiu um aumento de 20%, dividido mensalmente. A categoria vai chegar em abril (data-base) com uma pequena perda.

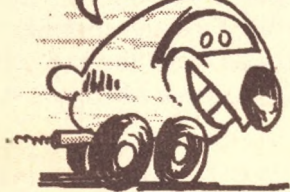
Já os metalúrgicos de São Paulo tiveram reajustes diferenciados: para algumas faixas salariais a reposição ficou abaixo da inflação e ainda foram perdidos os 25% do mês de dezembro. Os 80% do INPC obtidos por eles só vieram efetivamente em janeiro deste ano, e são válidos até março.

Em uma comparação global: de outubro de 1991 a outubro de 1992 a inflação foi de 1.160,12%; enquanto os metalúrgicos da capital tiveram um reajuste de apenas 591,28%, os da CUT conquistaram 824,41%.

A política do sindicalismo de resultados, na avaliação do presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos, Carlos Alberto Grana, tem vários outros aspectos prejudiciais ao trabalhador, como a defesa da privatização e a redução da jornada de trabalho acompanhada de redução do salário. Grana lembra o exemplo da privatização da Acesita, que foi defendida por Medeiros, quando dois mil trabalhadores foram demitidos.

ADÉLIA CHAGAS

SAIA CARROÇA DO COLLOR, ENTRA O FUSCA DO ITAMAR, QUE AVANÇO!!!



Pela primeira vez desde 1978, pode sair chapa única para



enfrentar o peleguismo no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo

MIMI, O FIESPENTO

A cartada da unidade



MAX FIGUEROA

Até o último dia 4 não estava marcada a data para as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, dirigido há seis anos por Luiz Antonio Medeiros. A diretoria do sindicato fazia questão de manter sigilo. Lideranças expressivas da oposição acreditavam, no entanto, que o lançamento do edital de convocação para o pleito era iminente, e que a categoria seria chamada às urnas entre o final de março e o início de abril.

Qualquer que seja a data precisa do pleito, no entanto, tornou-se possível vislumbrar uma possibilidade por certo mais importante. Pela primeira vez desde 1978, há possibilidades concretas de que a oposição a Medeiros saia unida. A maioria das correntes cutistas parece também disposta a aceitar consigo, contra o líder da Força Sindical, até mesmo a companhia do MR-8, que controla uma das duas CGTs.

Talvez a base principal para a unidade esteja retratada na avaliação de Carlúcio Castanho, membro da Executiva da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT. "Ao contrário do que pensam alguns, mesmo entre a esquerda", disse ele a **Brasil Agora**, "é inteiramente falsa a idéia de que a oposição metalúrgica está morta".

Nem de longe o otimismo de Carlúcio abre perspectivas para uma batalha tranquila. As custas da repressão selvagem, e da delação (ver páginas 8 e 9), Medeiros conseguiu anular a presença, antes visível, da oposição nas assembleias da categoria, e desorganizou núcleos combativos de ativistas nas fábricas, destaca Carlos Alberto Grana, presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT. O líder da Força Sindical também formou, servindo-se do autoritarismo, da cooptação de lideranças, uma base própria em parte das empresas. Por último mantém intacta, e inclusive ampliou, a poderosa estrutura assistencialista que lhe assegura o voto cativo de parte da categoria, especialmente os aposentados.

Contra as pretensões continuístas de Medeiros, intervém Neleu Alves, da Corrente Sindical Classista, "pesa a me-

mória da categoria, na qual estão muito vivas as ligações perigosas do presidente do sindicato com Fernando Collor". Nas fábricas isso se traduz em fatos muito concretos, destaca Carlúcio: "Nossa classe sabe que a 'modernização' com a qual Medeiros se comprometeu até a alma significa hoje demissões em massa, quebra da unidade dos trabalhadores pela introdução de empreiteiras nas próprias linhas de montagem, 'flexibilização' de direitos e arrocho sem precedentes dos salários".

Tirar proveito do desgaste de Medeiros e compensar o terreno perdido nas fábricas, no curto prazo que resta até as eleições, são portanto objetivos que é possível alcançar, mas cuja realização não está assegurada. A oposição mantém ainda divergências sobre os melhores métodos para chegar à vitória.

AS DIFICULDADES. A que diz respeito à participação da CGT na chapa parece ser a mais fácil de superar. Das quatro forças cutistas com influência relevante entre os metalúrgicos (CUT pela Base, Articulação, Corrente Sindical Classista e Convergência Socialista), apenas a última resiste mais firmemente à hipóte-

se. "Consideramos o MR-8 (que controla a CGT) um aliado de Quércia, e portanto uma força com projeto anticutista", diz Alexandre Fusco, metalúrgico da Convergência. Ele mesmo destaca, no entanto, que a corrente à qual está ligado "acatará a posição das plenárias da CUT". Ubiraci Dantas de Oliveira, o "Bira", da CGT, disse a **Brasil Agora** que aceita retirar sua candidatura, lançada em cartazes espalhados pelas regiões fabris de São Paulo, em favor da unidade.

Problema mais complicado parece ser o do fórum que definirá em caráter final o programa - e a composição política - da chapa que enfrentará Medeiros. Até o fechamento dessa edição, a CUT pela Base e a Convergência defendiam a realização de uma plenária, que teria não apenas caráter homologatório mas também de decisão política.

Representantes da Articulação e da Corrente Sindical Classista manifestaram preferência por um processo que privilegie a discussão entre representantes das forças políticas, argumentando que os processos de convenção dos últimos anos foram traumáticos.

Parecia superada, por fim, a polêmica provocada por uma declaração atribuída pelo jornal **O Estado de S. Paulo** a Antonio Feijó, presidente da CUT Estadual, de que a CUT não lançasse chapa para disputar com Medeiros, e iniciasse ao invés disso um movimento pela criação de um sindicato paralelo em São Paulo. A posição foi rechaçada pela Executiva Nacional da CUT e pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos, e em 4 de fevereiro o próprio Feijó garantiu que jamais a sustentou - defendeu apenas a ênfase dos cutistas no trabalho de organização dos trabalhadores nas fábricas. "Medeiros encarna o sindicalismo oficial; opor-se a ele significa também estar contra esta estrutura pelega, reconstruindo o sindicato a partir da base", diz ele.

ANTÔNIO MARTINS

Ao contrário do que afirmou a grande imprensa, o deputado João Paulo Pires não é monarquista. Mas a coroa tem adeptos no PT.

“Os monarquistas são os únicos realmente parlamentaristas”, diz o deputado federal João Paulo Pires (PT-MG).

“Trata-se de uma proposta séria, que evita o conflito entre um presidente eleito diretamente e um gabinete eleito indiretamente.” O que não ocorre na monarquia constitucional, onde o rei é um chefe de Estado desprovido de quaisquer poderes executivos, limitando-se a simbolizar a unidade nacional e valores quietais.

Mas isso não faz de João Paulo um monarquista: ele simplesmente é adepto da eleição indireta do chefe de Estado, posição descartada pelo PT, adepto da eleição direta do presidente da República, em qualquer dos sistemas de governo.

Este elogio à coerência do parlamentarismo monárquico “transformou” João Paulo num raro espécime: um monarquista petista, condição que ele nega peremptoriamente. Bem, a imprensa errou. Mas os monarquistas petistas existem, e **Brasil Agora** foi descobri-los no Ceará: Juarez de Paula, do Diretório Nacional do PT e vice-presidente do partido no estado, e Joaquim Cartaxo, secretário-geral do PT cearense.

EVITAR CONFLITOS. “Devido à tradição presidencialista existente no Brasil, o ocupante do cargo sempre terá muita força”, afirma Juarez de Paula. “Mesmo não sendo eleito diretamente, o presidente não estará alheio às tarefas de governo”, criando assim um conflito potencial entre o presidente e o primeiro-ministro. O que, como já foi dito, não ocorreria sob a forma monárquica de governo.

Juarez reconhece que a figura do rei é simbolicamente negativa, por contradizer a idéia da igualdade. Mas ele acredita que a monarquia constitucional, sem nobreza, é democrática. Como exemplo, ele cita a Holanda e a Espanha, onde o rei não está acima da Constituição.

QUEM SERIA O REI? Segundo Juarez, a escolha do rei caberia ao Parlamento. Para não comprometer o caráter simbólico e a



tradição, fontes da autoridade da Coroa, a escolha do Parlamento deve ser feita entre os integrantes da Casa de Orleans e Bragança.

“Dos membros da família real, João Henrique é quem tem uma concepção moderna. Já o ramo de Vassouras é reacionário, ligado à TFP e a valores conservadores.” Para evitar que o princípio da hereditariedade resulte num rei conservador, Juarez propõe ainda que os sucessores de João Henrique sejam confirmados pelo Parlamento.

Não deixa de ser surpreendente encontrarmos defensores da monarquia num partido que, além de republicano, é também socialista. Deixemos para os teóricos desvendar este enigma e nos limitemos a registrar a crescente conversão de prestigiados conservadores como Mário Henrique

Simonsen - à monarquia.

Eles prometem optar pela

Coroa caso sintam que vai se aprovar um parlamentarismo que inclua a eleição direta para presidente da República.

MONARQUISTAS À PARTE. O debate sobre sistema de governo no PT promete esquentar na segunda quinzena de fevereiro, quando vão ao ar os primeiros programas de rádio e TV das frentes parlamentarista e presidencialista.

Ao contrário das coligações eleitorais, integradas por partidos, as frentes são compostas por parlamentares. Supostamente, os petistas poderiam reivindicar um tempo equivalente ao tamanho de suas “bancadas” presidencialista e parlamentarista.

Mas a lei não é clara a respeito, o que em certa medida nos deixa na mão dos grupos que hegemonizam ambas as frentes: Quércia/Marco Maciel no caso do presidencialismo, os tucanos no caso do parlamentarismo.

Apesar disso, o PT aposta no horário gratuito para esclarecer seus próprios filiados, convidando-os para votar no plebiscito interno de 14 de março. Cujá decisão, garante, deve ser acatada pelos perdedores.

Petistas, pero monarquistas

PARLAMENTARISMO  PRESIDENCIALISMO
QUAL É A SUA?

MAIORIA PRESIDENCIALISTA

Entre os 13 integrantes da bancada petista na Assembleia Legislativa de São Paulo, só Luiz Azevedo está indefinido. Entre os demais, há uma ampla maioria de presidencialistas. Vários são parlamentaristas por princípio - como José Zico - que “nas condições atuais” optaram pelo presidencialismo. É o caso de Roberto Gouveia, que “está presidencialista”. Um dos parlamentaristas da bancada, Antenor Chicarino, considera fundamental saber “qual parlamentarismo” será regulamentado após o plebiscito.

PRESIDENCIALISTAS	PARLAMENTARISTAS
Arlindo Chinaglia Beatriz Pardi Elói Pietá Ivan Valente João Paulo Cunha José Zico Lucas Buzato Luiz Carlos da Silva Roberto Gouveia Rui Falcão	Antenor Chicarino Pedro Dallari

PREFEITOS DIVIDIDOS

Brasil Agora ouviu vários prefeitos petistas acerca do plebiscito sobre sistema de governo. Vários - como Darci Accorsi e Ângela Guadagnin - declinaram sua preferência pelo parlamentarismo, mas aguardam o resultado do plebiscito interno do PT. Outros - como Marcus Bayeux e Geraldo Simões - eram parlamentaristas, mas se converteram ao presidencialismo: o primeiro porque não existe uma definição prévia sobre que tipo de parlamentarismo viria a ser regulamentado, o segundo por enxergar uma “migração dos interesses conservadores em defesa do sistema de gabinete”. Externando sua preocupação com a discussão superficial sobre o sistema de governo, Jorge Viana considera o plebiscito “prejudicado” e teme que o eleitorado opte por um ou outro sistema sem saber ao certo por quê. Na próxima edição, **Brasil Agora** publicará a posição dos demais prefeitos petistas.

PRESIDENCIALISTAS	PARLAMENTARISTAS
Davi Capistrano (Santos, SP) Geraldo Simões (Itabuna, BA) José Filippi (Diadema, SP) Marcus Bayeux (Cambuí, MG) Mauro Pereira (Cosmópolis, SP)	Ângela Guadagnin (S. J. dos Campos, SP) Darci Accorsi (Goiânia, GO) Jorge Viana (Rio Branco, AC) Maria do Carmo (Betim, MG)

Quem você levaria para esta ilha?



*Cheia de sol, com um mar que só o Caribe tem,
deliciosas bebidas como o mojitos e o daiquiri,
que encantaram o escritor Ernest Hemingway,
uma música sensual e convidativa... Tudo isto é Cuba.
Pra completar, hospedagem em hotéis de primeira categoria.*

*Não é sonho nem utopia
e custa muito menos do que você pensa.*

 **cubanacan** S.A.

Av. São Luís, 50 - 21º and. Cj. 212 A - CEP 01046 - 000 São Paulo/SP - Tel.: (011) 256.1200 - Fax.: (011) 256.7432.

Como você caracterizaria a situação nacional?

O Brasil está vivendo o que eu chamaria a terceira transição. A primeira transição seria aquela que vai da ditadura para o governo democrático. A segunda vai do governo democrático para o regime democrático. A terceira se refere à criação de condições de governabilidade no regime democrático. A conquista da democracia é o primeiro passo para abandonar a herança autoritária e abrir as portas à participação popular. Mas o regime democrático precisa de instrumentos de governabilidade ágeis e capazes de transformar as demandas da sociedade em realizações que correspondam às expectativas populares.

Ainda sobre a governabilidade...

Um governo pode ter legitimidade, carisma, como teve Collor, mas fracassa se não tiver instrumentos de governabilidade. Com a frustração das expectativas, temos o retorno de teses autoritárias e neoliberais e o estímulo a modelos que ignoram que o povo é dotado de vontade e discernimento sobre o que é melhor para ele.

Daí a urgência da reforma do sistema político?

O problema é localizar os pontos cruciais e prioritários para a implantação da governabilidade, porque essa qualidade do sistema político é que vai permitir a satisfação das aspirações populares. Desde os anos 40 temos um sistema de representação distorcido. Ele se apóia numa

ção na Câmara Federal. Ora, a representação proporcional deve funcionar em termos de um número de eleitores, um representante, sem limite. Essa distorção leva a uma ineficácia do Legislativo, mal funcionamento do sistema partidário e um desprestígio do Congresso, assembleias legislativas e câmaras municipais.

Ao seu juízo, a obrigatoriedade do voto também influi?

O voto obrigatório existe em muitos países e não tem os mesmos efeitos em todos eles. Sou favorável ao voto facultativo, ele aumenta o interesse pela política de quem quer efetivamente votar. O segundo elemento da reforma é o sistema partidário, talvez o mais frágil da América Latina. No Brasil, durante todo o período republicano, a intervenção do Estado no sistema partidário levou a um sistema que funcionou no período de 1945 a 1964. Ele desaparece em 1964, renasce em 1966 com dois partidos, em 1979 é de novo desorganizado, reorganizado outra vez em 1986. Nesse processo, os partidos não coagulam, não são referências para o eleitor. Além disso, nos anos 80 se introduziu uma legislação extremamente permissiva à constituição dos partidos. Qualquer pessoa, mesmo que não represente uma corrente de opinião no país, constitui um partido.

Qual é a proposta de financiamento partidário?

Levando em conta a experiência democrática de outros países, é necessário introduzir



JUAN PEZZUTTO

O cientista político José Alvaro Moisés está retornando ao Brasil, após dois anos de pesquisa na universidade inglesa de Oxford. Um dos fundadores do PT, ele atualmente dirige o núcleo de pesquisa de relações internacionais e política comparada da USP.

Moisés apresenta nesta entrevista a **Juan Pezzutto** algumas de suas idéias de mudança do sistema político e eleitoral brasileiro, em vista do debate que vem sendo desenvolvido pelo Congresso Nacional.

Mudanças em nome da democracia

trabalhadores organizados lutam e conquistam direitos, a consolidação desses sistemas foi introduzida pela luta operária. A história é muito clara nisso. Jamais correspondeu a uma concessão burguesa. O problema é saber se a democracia é em si um valor. O chamado socialismo real ruiu, entre outras razões, porque, enquanto tinha níveis de igualdade nos planos social e econômico, não existia democracia política. Isso levou a uma alienação, ao afastamento das massas tanto no partido como no governo. Não adianta ter níveis de igualdade, como Cuba tem, maiores que os do Brasil, porque a não participação política faz com que as pessoas não valorizem a igualdade social e econômica.

A reforma do sistema de governo é oportuna?

Não só oportuna como estrategicamente necessária. Estamos num ponto em que não dá mais para permanecer com esse sistema presidencialista de características imperiais. O Executivo é unilateral, tem o comando das Forças Armadas, determina o orçamento, possui iniciativa de formar leis.

O sistema de governo é a discussão mais urgente para

a sociedade hoje?

Sempre tem coisas mais prioritárias. Garantir escolas para todas as crianças, ginásios para todos os jovens... Sempre alguém vai achar que é mais importante construir casas ou melhorar o sistema de saúde. Mas tem que se começar de algum lugar. O sistema político é o coração, o motor do sistema. Sem esse sistema ser reformado num sentido democrático, de controle popular sobre ele, não vai produzir medidas de qualquer natureza, nem conservadoras, nem de centro, nem de esquerda.

O voto distrital não limita o debate ao localismo?

O distrital puro limita. Defendo a manutenção do sistema proporcional com introdução de um elemento misto. O eleitor teria direito a um voto para o candidato distrital e mais um voto proporcional para o partido. Isso introduz um elemento de correção no sistema proporcional: é mais

fácil fazer pressão sobre o representante, porque ele está mais próximo do eleitor. Por outro lado, tem gente que é contra o sistema de lista, em que o partido decide a ordem dos candidatos, e porque a direção do partido vai colocar em cima quem ela quer. Discordo. O sistema de lista aberta enfraquece os partidos. Sou favorável ao sistema de lista fechada pelos partidos.

O que mais você tem a dizer sobre reformas e sistema político?

Do ponto de vista da esquerda democrática, só faz sentido falar das reformas se nos colocarmos num contexto de melhoramento da democracia. Aperfeiçoar o funcionamento da democracia é criar condições pra enfrentar a desigualdade econômica e social. Defendo o parlamentarismo republicano, com direito a dissolver a Câmara dos Deputados e com divisão clara das funções de chefia do governo e chefia do Estado.

O voto facultativo aumenta o interesse pela política de quem quer efetivamente votar

concepção segundo a qual todos os estados deveriam estar igualmente representados. Estados com um milhão de habitantes têm três senadores, estados com 20 milhões de eleitores também três senadores. Um segundo elemento se apóia no princípio de quotas fixas, por estado: independente do tamanho do colégio eleitoral, você tem um teto máximo de representa-

um sistema pelo qual os partidos sejam financiados pelo Estado, sob controle da autoridade pública e da sociedade.

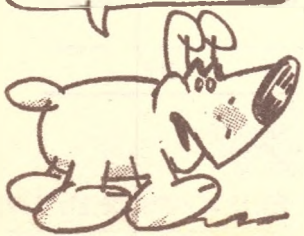
Isso não institucionalizaria uma tutela do poder sobre os partidos?

Vou dar um exemplo: no sistema alemão, um partido deve obter um mínimo de 5% da votação nacional para ter representação parlamentar. Isso não limita a liberdade de formar partidos, fazer propaganda e tentar obter apoio. Mas só aqueles que tiverem 5% recebem recursos, em proporção à votação obtida.

O modelo serve para partidos que pretendem construir uma democracia social.

Essa é uma discussão doutrinária, mais profunda, que demandaria horas. Em países onde a democracia alcançou níveis pelos quais os

ITAMAR PEDE SILÊNCIO AOS MINISTROS. DEVERIA PEDIR OS PÉSAMES TAMBÉM!



O regime democrático precisa de instrumentos de governabilidade que dêem conta das demandas sociais

INTERNACIONAL

PODE, NÃO PODE

Homossexuais nas Forças Armadas não pode. Bombardeios aéreos no Iraque pode. Brasileiros em Portugal, não pode. Expulsão de palestinos para o deserto pode. Intervenção para evitar a autodestruição da ex-Iugoslávia não pode.

Quem disse que não há ordem na nova ordem? Uma ordem é isso: quem pode, manda e define o que pode e o que não pode. Na outra ordem também era assim, embora as regras pudessem ser diferentes. "Zonas" - literalmente - de conflito mudaram de lugar, embora sobrevivam: Angola, África do Sul e Cuba, entre outras. Mas ordem é isso aí: explosão pra valer.

Quanto mais liberdade para o dinheiro, menos para o homem. Os capitais podem circular quanto quiserem. Já trabalhadores em busca de emprego onde corre a grana, não. Porque é um capital que emprega cada vez menos. Aí Portugal vira novo rico e dá uma de França. García Marquez já disse que se a Espanha fosse pedir visto para os latino-americanos, ele não deixaria mais seus livros serem publicados lá. É o mínimo, para quem desembarcou por aqui sem ser convidado, com a lança e a Bíblia, pra devastar, explorar e dominar.

Sinal de como o norte rico e minoritário se opõe ao sul. E Portugal, depois de pegar o último bonde para a "modernidade", mostra de que lado está, exibindo para a Europa (des)unida seu diploma de ingresso: o trato duro com os imigrantes.

Quanto às Forças Armadas, é coisa pra macho. Já imaginaram um piloto gay bombardeando Bagdá? Um fuzileiro naval homossexual desembarcando nas praias de Cuba? A pátria tem sexo, embora se escreva no feminino. O Brasil, os EUA têm sexo. Lugar de homossexual é no cinema, no balé, na televisão. Brincadeira tem hora. O máximo que se permite um machão é um motel com a patroa, prostituta e um kit pornô, pra realizar fantasias. É isso que deu dar trela pro feminismo e pras minorias. Agora querem entrar chefiando televisões, até que consigam aprovar a legalização do aborto!

Ainda bem que pros EUA vão os de Governador Valadares, de Minas, terra de machões. Trabalhadores clandestinos ganham pouco, não podem se sindicalizar, não reivindicam nada e, se se metem a besta, são expulsos. Esses podem.

EMIR SADER

Bernardo Kucinski viveu na Inglaterra nos anos 70 e para lá voltou no ano passado, depois do furacão da era Thatcher, que privatizou o setor público produtivo, esmagou sindicatos e desmantelou grande parte dos serviços assistenciais do Estado.

Este é o seu relato.

INGLATERRA

Perfil de uma decadência



É difícil dizer o que mais impressiona hoje na Grã-Bretanha neoliberal. Se são os mendigos, num país onde antes da era Thatcher pedir esmola era crime, pois sempre havia um teto ou um prato de comida para quem estivesse na pior; ou os bairros industriais fantasmas, fábricas após fábricas abandonadas, exibindo a solitária placa de "aluga-se", como se essa antiga potência industrial tivesse sido atingida pela bomba de nêutrons, inventada para destruir os homens sem afetar os edifícios; se é a libertação sexual da família real rompendo com a hipocrisia da moral vitoriana, sua sexualidade agora devassada pela imprensa; se a própria imprensa, pagando informantes e interceptando telefones na sociedade que inventou a palavra *gentleman*, apenas para satisfazer o apetite por escândalos da neoliberalizada classe média e assim vender mais jornais; se a imundície de uma Londres outrora tão consciente de sua beleza, mas que recolheu as latas de lixo, para que o IRA não tivesse onde botar suas bombas; se o estilo pernóstico

de mármore e vidro fumê dos gigantes edifícios da era Thatcher, erguidos no apogeu do neoliberalismo, em sua maioria vazios como templos de uma civilização desaparecida; se os milhares de estrangeiros de todas as cores que lavam os pratos dos restaurantes e fazem as camas dos hotéis recebendo sub-salários e fazendo de Londres uma babel neoliberal; se os crimes sexuais mais imaginativos e também mais escabrosos do que os lentos envenenamentos por arsênico da pacata sociedade britânica da era anterior; se os 500 seqüestros de gerentes de bancos em um único ano, proeza digna do *Guinness Book of Records* e de fazer vergonha aos bandidos cariocas; se a decadência do ensino secundário após tantas investidas contra a escola pública, garantindo que a criança inglesa de família remediada será o trabalhador desclassificado da Europa unificada; se a mercantilização do ensino superior, no qual metade dos alunos são os filhos das elites do Terceiro Mundo, pagando taxas exorbitantes de 5 mil libras por ano, o triplo do que pagam os

jovens europeus; se os onze atentados racistas em 1992, que a imprensa soterrou debaixo das notícias de ataques racistas em outros países...

NEOMENDIGOS. De tudo isso, o que mais marcou foram mesmo os mendigos. Não só por não existirem nos anos 70, mas também porque diferem completamente do nosso estereótipo de mendigo, não são aleijados ou velhos inválidos ou doentes, e sim adolescentes em sua maioria, fortes. Poderiam ser o meu filho. São os filhos da classe média ou de famílias operárias, os adolescentes que aos 16 anos perderam direito a auxílios transporte e alimentação, e que não conseguiram uma bolsa para continuar seus estudos, nem um emprego. Postos na rua pelos próprios pais, começam sua vida adulta e independente como mendigos, os neomendigos do liberalismo. Esmolam sem sentimento de culpa, sentados nas soleiras das portas e nas escadarias de acesso aos metrô e às salas de concerto, às vezes com um toque de orgulho, como se dissessem "está vendo, eu poderia ser o teu filho, estou

esmolando por tua culpa". Uma espécie de mendicância enganada. Mas alguns já se drogaram e esmolam para comprar a droga; têm sempre um cachorro ao lado, talvez para protegê-los contra o assalto de um drogado ainda mais desesperado. Outros vieram da Irlanda, o antigo bolsão de miséria das Ilhas Britânicas, em busca de um emprego que não existia, pois a miséria tomou conta de toda a Inglaterra. Esses não têm endereço fixo, e sem endereço não se concedem auxílios sociais. Os neomendigos são todos brancos, não se encontra um único mendigo negro, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos.

Todo esse quadro é fruto muito mais da profunda e prolongada recessão do que propriamente da proposta neoliberal. Mas o neoliberalismo prometeu uma prosperidade que tornaria desnecessário o Estado solidário. Uma prosperidade, diziam, que só seria possível eliminando-se a ineficácia inerente a um Estado solidário. Os ingleses acabaram ficando sem uma coisa e sem outra.

BERNARDO KUCINSKI

PROMOÇÃO ESPECIAL

Assine o Brasil Agora e voe de graça para Cuba

Brasil Agora quer passar a semanal, e para isso precisa de um número mínimo de assinantes. Fazendo uma assinatura de apoio, você paga em duas vezes, ajuda a construir uma imprensa crítica e livre e ainda pode ganhar uma viagem de uma semana a Cuba, incluindo passagem aérea, traslado de chegada e saída, visto, seguro de viagem e 6 diárias com meia pensão no Hotel Tuxpan, na maravilhosa praia de Varadero.



PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado à EDITORA BRASIL AGORA LTDA, Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Fones (011) 222.6318, 220.7718 e 220.5850

NOME _____
 ENDEREÇO _____
 CIDADE _____
 FONE _____ UF _____ CEP _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 195.000,00
- Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30,00)
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 390.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 650.000,00

SERÃO FEITOS 2 SORTEIOS DE DUAS VIAGENS CADA. 1º SORTEIO, DIA 31/03/93 NA SEDE DO JORNAL. ESTA PROMOÇÃO É VALIDA PARA ASSINATURAS DE APOIO FEITAS A PARTIR DE 21/01/93.

Uma mulher incomoda muita gente. Madonna incomoda muito mais.

É claro que as pessoas que vão ver o filme *Corpo em evidência*, que estreou em circuito nacional, não vão ver um filme de Fulano, com Beltrano, Ciclano, e fotografia de Sicrano. Não. Vão ver "o filme de Madonna". E é isso mesmo: o filme é ruim, o roteiro jogou fora uma ótima idéia, e o que vale mesmo é assistir Madonna. Não a personagem que ela desempenha no filme, cujo nome nem lembro; vale assistir Madonna fazendo a personagem Madonna na tela - e fora dela.

O filme, em primeiro lugar, tem uma tradução desmoralizadora. *Body of evidence* é "corpo de prova", ou "corpo de evidência". É uma expressão forte em inglês. Em português, poeticamente, poderia se traduzir o título, para ter a mesma força, por algo como "A prova do corpo", que preservaria a insinuação erótica e daria um sentido a si mesmo. Como está, virou pornografia barata, coisa indigna de Madonna.

A GRANDE PAIXÃO. Em segundo lugar, o filme é um refilmagem de um grande clássico, *Testemunha de acusação*, com Marlene Dietrich, a fina, a clássica, a grande paixão de toda uma geração e meia, e ainda de quebra com Charles Laughton e Robert Taylor. A estrutura de ambos consiste em armar uma acusação contra um suposto inocente (que na verdade é culpado), e depois fazer o advogado de defesa demolir a testemunha-chave. Só que tudo é forjado e a testemunha-chave é também cúmplice: ela engendra a sua própria "demolição". Infelizmente, *Corpo em evidência* (argh!) banaliza essa estrutura genial, entregando-a a um ridículo "ora vejam, o crime não compensa" da pior espécie: os culpados se engalfinham no final, levados pelo ciúme fútil de um deles.

No clássico, nada disso: quando Marlene Dietrich se enfurece, meu Deus, é uma fúria grega em ação; e ao matar o perverso, que depois de absolvido a abandona, provoca o comentário do advogado Laughton que ela mesma enganou: "Ela não o matou, ela o executou. Temos um novo

caso a defender!". No caso de *Corpo em evidência* há uma fúria besta que se volta contra uma mulher desafiadora, pois é ela que morre.

O FURO DO ROTEIRO. No meio da trama do filme, Madonna-personagem seduz o advogado, um homem "normal", como parte da sua "intriga". O que ela faz, canhestamente reproduzido no roteiro, é revelar-lhe o lado oculto: que gosta de sofrer, para depois justificar também a violência.

Madonna, a cantora pop que interpreta o papel de atriz orgásmica, tem uma dupla face: uma para dentro do filme, em relação aos personagens; outra para fora, em relação ao espectador. Estese identifica na verdade com o que sofre - até mesmo em sua reação violenta no curso dos acontecimentos - quando o advogado a violenta, "castigando-a". Aqui o roteiro fura de novo;

pela lógica, este é o momento em que a personagem perversa deveria se apaixonar pelo seduzido. Mas isto não acontece, e o filme se esvai em bate-bocas meio ridículos. A presença da perversão que, é bom que se diga, não foi Madonna nem seus filmes ou álbuns que inventaram, tem uma poderosa razão de ser. O sexo, a cama, é um momento de intensa exposição da subjetividade. Isso traz também angústia - que pode diminuir ou até neutralizar o prazer. Descobrir-se envolto nesse negócio de parafornálias torturantes - algemas, pinças para bicos de seios, dores que doem mas "não machucam" - pode ser, paradoxalmente, um tranquilizante. Ali é-se "parte de uma engrenagem", de um "jogo", de um "enredo" que foi outro que montou, e que outro montou por trás de outro, e assim *ad infinitum*. Alguém colocou aquelas algemas ali; não se está



Corpo em evidência. Direção de Uni Ellen. Com Madonna, Wilhelm Dafoe, Joe Mantegna e Anne Archer, Dist. Paris Filmes.

Sexo e montagem

mais "nu", na posição de Adão e Eva, expostos um ao outro, a "pecar" por e com amor. Quem "goza", no sentido de adornar-se de um corpo, o que implica em doar o seu, é a "engrenagem", esse "jogo impessoal". "O meu prazer é me livrar de mim", parece dizer o personagem que se deixa envolver nesse jogo matreiro de "apanha-bate" controlado, que nada mais tem a ver com as per-

versidades românticas e descontroladas. Quem quiser ver isso, vá ao cinema ao lado ver *Drácula*.

O EGUINHO CONTRAVENTOR.

Aqui não: tudo está sob controle. Nem dor demais, nem prazer demais, a subjetividade diminuída dessas urbanidades monstruosas em que vivemos, o "eguinho" em dificuldades para encontrar o seu lugar e a sua identidade neste labirinto de misérias e supermercados que é o mundo do neoliberalismo triunfante, ali se sente protegido. Ele apenas sofre, para o prazer dos que sabem bater. E bate, para o prazer dos que sabem mostrar-lhe sua outra face. Tudo de leve. *Light*. E assim passa-se o tempo.

Mas neste joguinho, chama atenção o escracho de Madonna. Ela é um escracho, ela faz tudo aquilo sem disfarçar, ela é a mercadoria escancarada e sem vergonha. Não deixa de haver aí uma defesa interessante. Esse escracho faz com que ela esteja e não esteja ali, que ela desempenhe e ao mesmo tempo se distancie, que ela satisfaça mas ao mesmo tempo provoque.

Ela se faz assim uma imagem deslocada e bufa de Lilith, a suposta primeira mulher de Adão que depois volta, por ciúme, sob a forma de serpente, para danar-se e derrocar o Paraíso.

Mas sublinhe-se: é ela, Madonna, que faz tudo isso. Não o diretor incompetente nem o roteirista medíocre. Ainda se espera quem esteja à altura de filmá-la.

FLÁVO AGUIAR
colaborou Maria Rita Kehl

O BOM COMBATE

Marcino e *Liberatore*, de Jacob Gorender. SP. Editora Ática, 92/93.

Jacob Gorender continua irrequieto e criativo como sempre. Publica agora *Marcino e Liberatore*, que se auto-apresenta como um livro de "diálogos sobre marxismo, social-democracia e liberalismo". Concebido sob a forma de dez diálogos sobre estes e outros temas contemporâneos, que vão da ecologia à existência (resistência?) da classe operária, o livro tem o mérito de manifestar as perplexidades da esquerda enquanto tal, sem passar mel nem jogar flores. Reproduzo aqui um diálogo dos personagens que já definirá também para o leitor a posição geral de cada um: "Liberatore: (...) A idéia do socialismo se desfaz pela carência do seu pressuposto indispensável: o agente que lutará por ele e o realizará. Com André Gorz, damos adeus ao proletariado. As novas tecnologias tendem a reduzi-lo cada vez mais, em números absolutos. Simultaneamente, decresce seu peso social específico. A classe média intelectual procura distinguir-se dos operários e não tem propensão socialista. As chamadas contradições do capitalismo permanecerão como tais ou serão resolvidas pelo próprio capitalismo. Simplesmente porque não existe quem as supere em lugar do capitalismo. Talvez não nos agrade a perspectiva, porém outra não se vê.

Marcino: (...) A automação eletrônica domina os setores de ponta, sem que tenham desaparecido a cadeia de montagem e as técnicas eletromecânicas. O tempo de trabalho tem diminuído, muito menos, no entanto, do que seria possível com vista à eliminação do desemprego crescente. (...) A redução do tempo de trabalho estimulará a introdução de inovações tecnológicas, o aumento de produtividade e o crescimento dos salários reais. Mas, impelidas pela concorrência e com a visão de curto prazo, as megaeempresas dominantes na economia mundial preferem frear a tendência à redução da jornada de trabalho e elevar a taxa de acumulação do capital à custa da intensificação do esforço (...) mesmo em número menor, os operários industriais continuam a ocupar uma posição estratégica no sistema produtivo".

Não se pode dizer que Jacob dê razão a Marcino. Mas lhe reserva a última palavra do diálogo, num gesto que define a trajetória do próprio autor: "Vivi um tempo repleto de horrores e decepções, mas também assinalado por façanhas estupendas do trabalho criador. Valeu a pena vivê-lo, para quem aceitou desafios e entrou no combate".

CAMPOS LEÃO

A ONDA É A BAHIA

As gravadoras estão inundando o primeiro verão Itamar com samba-reggae, merengue, samba-duro, reggae e tudo o que se faz na Salvador negra. Se depender delas, o carnaval 93 muda para a capital da Bahia e vai sacolejar ao som da música dos blocos e trios que pegaram carona no Ita de Daniela Mercury e ameaçam invadir a praia do sertanejo com a nova grife da MPB: a axé-music.

Na cola do verão, a indústria fonográfica lança, desde dezembro, música para abastecer a praia de cariocas e paulistas. Prevendo que a choradeira sertaneja não rima com calor, as gravadoras aproveitam o sucesso de Daniela Mercury (A cor desta cidade sou eu/ o som desta cidade é meu...) para despejar um novo produto no mercado - axé-music.

Assim, teremos nas rádios Daniela em vez de Sula, Olodum no lugar de Leonardo, Banda Mel por Chitãozinho e Chiclete com Banana desbancando Zezé de Camargo. A música sertaneja vai para a estante e a batida de Salvador entra no seu radinho.

A Continental lançou em dezembro o quinto LP da Banda Mel e em janeiro colocou nas lojas o novo disco de Olodum e Zé Paulo (aquele do "E rala o pinto/ e rala o pinto/ e rala o pinto..."). A Sony pode se dar por satisfeita: tem o passe de Daniela. A BMG vem com o último do Chiclete com Banana e ainda Silvinha Torres, Ricardo Chaves e Kássia. Estréiam em disco, com um esquema razoável de divulgação, a banda Asa de Águia e Rey Zulu (autor de "Madagascar").

Até aí, tudo muito bom, tudo muito bem. O negócio só esquenta mesmo perto do carnaval, quando a indústria vai sacar da geladeira, com produções muito baratas e o auxílio do rádio, a invasão de cantoras muito parecidas com Daniela, blocos quase iguais ao Olodum e Ilê Ayê e bandas quase tão boas como

COMO SER ÍDOLO DE AXÉ MUSIC

Se você conhece o clima do pelô (referência ao Pelourinho, na Bahia) e faz um batuque de final de semana com a galera da esquina, fique esperto. A sua grande chance de sair da pindura chegou. É só juntar aquele povo da esquina e bater na porta de alguma gravadora. Meio caminho já foi andado. Ninguém vai tirar, ao menos neste verão, a sua oportunidade de virar ídolo e aparecer todos os sábados no Clube do Bolinha.

Mas se o caso é um pouquinho diferente, não desanime. A axé music, como todas as levadas das gravadoras, nasceu pra todos. O branquelo azedo da Moóca, que não perde a macarronada da nona no domingo, tem suas possibilidades. Sula Miranda, criada e crescida no bairro do Ipiranga, cheia de sotaque paulistano, que só conhecia vaca por comercial, virou uma das estrelas da música sertaneja. Você também pode. É só chamar o Giuseppe, o Sandro e a Carmela para montar o "San Genaro aiê". A indústria do disco costuma ser generosa.

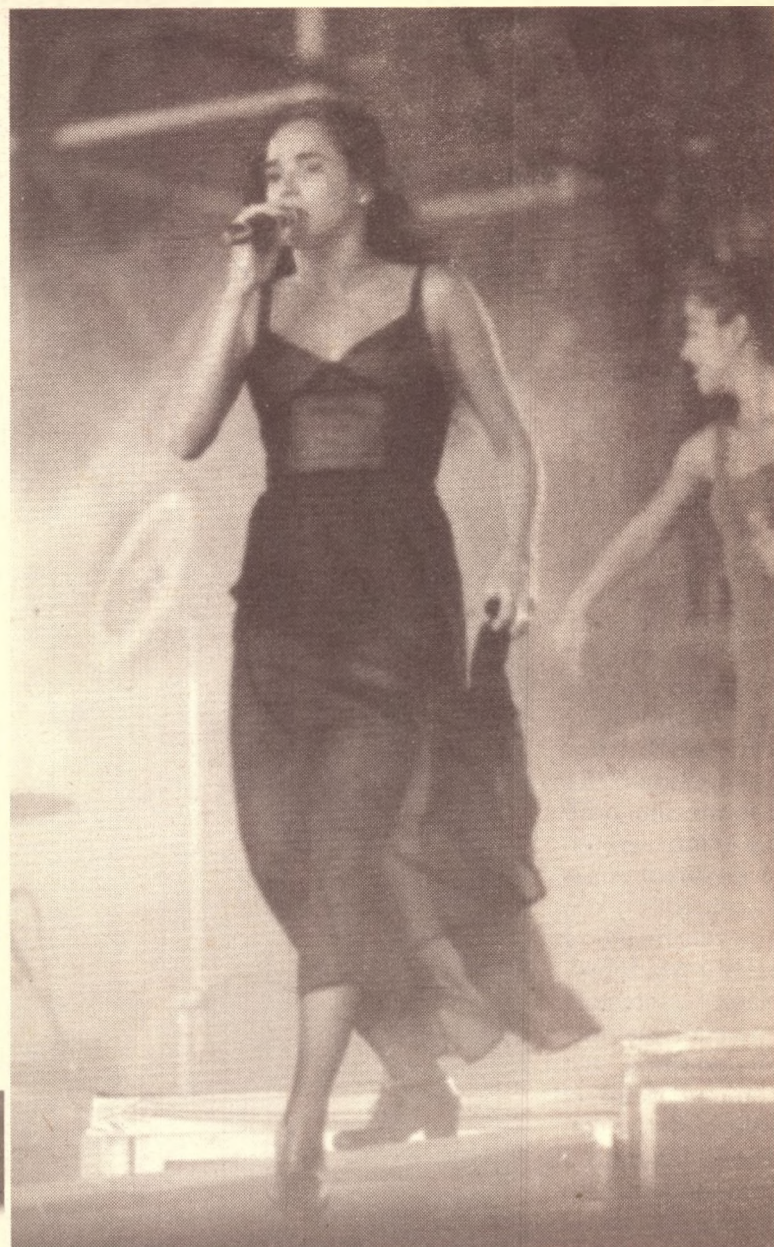
Chiclete com Banana e Mel. É comum que desta união, rádio-gravadoras, floresçam sucessos tão fugazes quanto um clip.

SAINDO DO BURACO. Mais do que colocar no mercado gente de talento, a indústria tenta sair de uma crise sem precedentes em sua história. Mauro Almeida, diretor artístico da Continental, diz que "o norte-nordeste sempre foi responsável por 48% das vendas da casa. Desde 90 as vendas na região não chegam a 20%. É o retrato do que estamos vivendo". A Continental é a gravadora que mais investe no filão popular. Em consequência é a mais atingida pela crise. É e assim que Mauro explica os critérios para a contratação de artistas e lançamento de discos: "A gente tem que lançar sucessos porque isso aqui é uma indús-

tria: se não tiver lucro, fecha".

Para explicar ascensão e queda de ídolos, há um consenso, repetido quase como lenda nos corredores de gravadoras e rádios: "Tudo é cíclico no mercado".

Esperando o "seu ciclo", Daniela Mercury passou dez anos cantando em bares e animando carnavais nos trios de



Coisas do Verão: entra Daniela Mercury, sai Chitãozinho e Xororó



MÁRIO PONTES/FOLHA IMAGEM

o que a Sony e o Fantástico pediram a Deus.

Com números que chegam aos calcanhares do boom sertanejo - Banda Mel já vendeu 80 mil cópias, Daniela deve chegar ao milhão e Zé Paulo já ameaça estourar - a axé music serve pelo menos para trazer ao eixo Rio-São Paulo a música que é um retrato vigoroso da cultura de Salvador. Mas, como amor de verão, não deve subir a serra.

EDSON CAMPOS

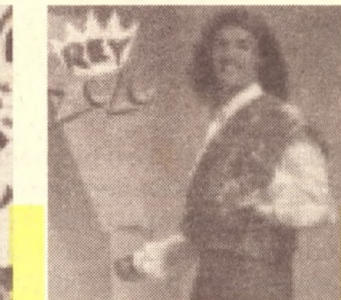


OLODUM

A Banda Reggae do bloco afro Olodum lança o sexto LP, "O canto do Olodum", com composições próprias. Preço (aproximado): 100 mil. Gravadora Continental.

CHICLETE COM BANANA

"Cara caramba senhor camaleão" é o segundo disco pela BMG-Ariola e o 12º disco na carreira do grupo, um dos primeiros a furar o cerco da mídia



BANDA MEL

"Negra" é o quinto disco do grupo baiano que estourou em 87 com "Faraó". Arranjos e composições da banda. Preço (aproximado): 100 mil. Gravadora Continental.



REY ZULU

O compositor de Madagascar e Elegibô lança seu primeiro disco, "Pai é Pai, Mãe é Mãe", com participações de Daniela Mercury e Olodum. Preço (aproximado): 90 mil. Gravadora Continental.

ASA DE ÁGUIA

"Asa de Águia se Ligue" é o disco de estréia da banda que vai animar



o bloco Eva no carnaval de rua em Salvador. Preço (aproximado): 90 mil. Gravadora Continental.

ZÉ PAULO

O segundo disco de Zé Paulo já aponta a música título "Amor pra dar" como uma das campeãs nas rádios. Tudo no mesmo estilo de "Rala o Pinto", "Feijão com Arroz" e outros sucessos anteriores. Preço (aproximado): 90 mil. Gravadora Continental.



BRASIL AGORA

